



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2026

Ata n.º 06

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dez de março e aditamento de treze de março, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Luna Silva; -----

Primeiro Secretário: Jorge Paulo Vasques Loureiro; -----

Segundo Secretário: António Mariano dos Santos Henriques Maia Alves; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Tomada de conhecimento do **sistema de Controle Interno – Alteração à constituição dos fundos fixos**; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **1.ª Revisão – Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2026-2030**; -----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **1.ª Revisão – Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2026-2030**; -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento das declarações de **compromissos plurianuais e de pagamentos e recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2025**; -----

PRESENCAS: Luna Silva, Desidério Jorge da Silva, Carla Alexandra dos Santos Vieira, António Mariano dos Santos Henriques Maia Alves, Helena Maria Palhota Dias Simões, Jorge Paulo Vasques Loureiro, Domingos Manuel Martins Coelho, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Margarida Maria Jorge Guilherme, Luis Manuel Correia Rodrigues, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Maria José Nobre Leote, Henrique Manuel Cabrita Coelho, Luis Matias Afonso, Maria Isabel Rodrigues Gonçalves dos Santos Rodrigues, Otelo Guerreiro Cabrita, Flávia Rodrigues Pereira, Nuno Filipe Ricardo Cabrita, Jaime da Silva Machado Figueira Campos, Hugo Miguel Isidro Aires, Alberto Esteves do Rego Saraiva, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água – Cláudio Marujo, de Ferreiras – Joana Mascarenhas, da freguesia da Guia – Dinis Nascimento e de Paderne – Rita Coelho. -----

Faltas: Nelson Cachita. -----

Substituições: Face ao pedido de substituição apresentado pelo membro e devidamente justificado, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Jaime Campos. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, Rui Celestino dos Santos Cristina e dos Vereadores, Jorge Manuel Aleluia Clemente Carmo, Maria Cristina Monteiro Rosquilha Corado, Rogério Pires Rodrigues Cabrita, Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira, Cláudia Cristina Dias Guedelha e Victor de Oliveira Ferraz. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), a Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube, solicitando aos munícipes presentes que não filmem ou fotografem a sessão, uma vez que existe transmissão oficial em direto. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Ana Henneberke: “Muito boa noite, a minha questão é relacionada com os processos do urbanismo. Apesar de existir um novo portal de urbanismo, continua a ser difícil perceber em que fase estão os



processos e quanto tempo falta para uma decisão. Tenho conhecimento de alguns processos submetidos há mais de seis meses, sem qualquer atualização clara. As minhas perguntas são: existem alguns prazos médios definidos para a análise desses processos? Quando a Câmara não responde a uma comunicação prévia dentro do prazo legal, o que acontece e que procedimento deve o cidadão deve de tomar? E, se está previsto alguma melhoria na transparência e na informação disponível neste novo portal? -----

Anthony Martins: “Boa noite senhor Presidente e todos aqui presentes. Em primeiro lugar, eu gostaria de partilhar a minha perspetiva sobre os entraves burocráticos que o vosso departamento impõe para a participação e a intervenção na reunião do Conselho Municipal. Considero isto desencorajador e também impede muitos cidadãos de expressarem as suas opiniões que, sabendo muitos contribuíram, Senhor Presidente, sem dúvida, para a sua eleição como Presidente da Câmara de Albufeira. O motivo da minha intervenção é o seguinte, eu faço parte de uma comissão de residentes do Cerro do Ouro, que apresentamos uma petição feita pelo senhor, Tiago Braz, à Câmara Municipal, relativa à falta de ligação à rede de esgotos. Atualmente, entre a urbanização Cerro do Ouro e a Aldeia do Cerro do Ouro, apenas uns quarteirões de habitações permanecem sem ligação ao sistema de saneamento. A nossa revolta é ainda mais importante, foram recentemente realizadas obras significativas para ligar à rede de saneamento a um hotel em construção em Vale de Pegas, e com os trabalhos a estenderem-se às imediações da zona. A minha questão, senhor Presidente, é se o novo executivo administrativo tomou nota deste pedido? Além disso, planeia incluir este projeto no orçamento municipal de dois mil e vinte e seis? Que resposta me pode dar sobre este assunto neste momento? Outro ponto, dia doze de março de dois mil e vinte e seis, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia, aqui presente, veio entregar-me uma carta. O objetivo desta carta é informar-me da alteração do meu número de residente e do nome do loteamento. O mais surpreendente é que esta carta estava datada de vinte e um de outubro de dois mil e vinte e um, a carta assinada pelo senhor Ricardo Clemente, datada desta data, e outra data anexa, a vinte e dois de maio de dois mil e vinte e cinco, entrega dia doze de março de dois mil e vinte e seis. Será uma brincadeira, Senhor Presidente? Fiquei surpreendido ao saber que o número da minha casa tinha mudado e o nome da urbanização, porque mudar este sistema de numeração e nome de uma urbanização que está em vigor há muito tempo, desde mil novecentos e noventa e um? Não teria sido suficiente numerá-los utilizando os mesmos números de lote que já tinham sido atribuídos? Por que razão o nome da urbanização também foi alterado? Parece-me que me foi elaborado um plano cadastral com o loteamento quando foi construído, onde foi atribuído uma designação de localização e alocação do número de lotes e agora foi estabelecido uma nova designação e atribuição de números. Gostaria de saber que motivos permitiram a modificação do plano, ou seja, o cadastro predial deste loteamento? O que me parece um absurdo, uma aberração. Atualmente todos os moradores do condomínio, incluindo eu, discordamos totalmente disto. Tem noção do que a alteração do número de uma moradia significa para nós, cidadãos? Embora, para a Câmara esta mudança parece simples, mas está longe de o ser. A deslocação a diversos organismos governamentais e outras organizações que exigem bastante tempo e paciência. Em conclusão, isto é a minha opinião. A autarquia tinha uma verba alocada dentro do PRR, portanto este projeto precisava de ser executado com muita rapidez, antes do prazo de dois mil e vinte e seis. Esta é certamente a razão para o carácter



retroativo desta carta e a pressa em realizar este projeto sem informar os moradores locais. Assim, solicitamos ao Senhor Presidente que tome medidas necessárias para efetuar esta alteração o mais rápido possível. Espero que, não demore tanto tempo a responder em comparação com o tempo que demorou para que esta carta nos fosse transmitida. Outro assunto, enviei um email à Senhora Presidente da Junta de Paderne, em data de nove de março de dois mil e vinte e seis, que foi registada à Câmara de Albufeira. A senhora Vanessa Pereira, informou-me que, o meu e-mail foi registado com a referência SGD/Ciac/dois mil e vinte e seis/setecentos e quarenta e dois, entregue aos vossos serviços competentes. Gostaria também de solicitar que revisse o assunto deste email e me respondesse. Agradeço a vossa atenção às nossas solicitações e aguardo as vossas respostas.” -----

João Pedro Madeira: “Boa tarde, venho novamente a esta Assembleia triste, chateado, ofendido. A Assembleia passada foi transmitida pelo YouTube, pessoas que me conhecem, clientes, sou advogado, sou economista, foi visto a nível internacional, tive comentários de amigos a nível internacional, a perguntar como é que eu admito que me chamem mentiroso? Disse aqui o senhor Presidente, e eu não quero de maneira nenhuma, tudo aquilo que eu vou dizer, Senhor Presidente, olho-lhe nos olhos e, não lhe vou chamar mentiroso e nunca irei chamar mentiroso. Mas aquilo que disse não tem nada a ver com a verdade. O Senhor simplesmente está mal orientado e mal aconselhado juridicamente. O senhor disse que eu não tenho documentos da viatura, não é verdade. Os documentos, não é apenas o livrete impresso, o livrete é apenas a fé pública que se faz. Eu tenho provas de compra, mostrei provas de compra, mostrei os pagamentos, mostrei declarações de venda assinadas no meu telemóvel, não em papel, no telemóvel. Eu tenho tudo isso e tenho aqui. Na semana passada não me foi dado direito de resposta. Todas as pessoas dialogaram com o Senhor Presidente. Eu fui o único que respeitei a minha vez para falar. E, quando foi a minha vez, mandaram-me calar. Mas é isso que nós aprendemos. Eu desloquei-me realmente nesse dia ao veículo, foi-me dito logo, começou mal, relativamente àquela situação da senhora dizer que era o que não era. Disseram-me que o veículo não tem matrícula, mentira. O veículo tem matrícula e é impossível qualquer pessoa que minimamente perceba de direito vir dizer que o veículo não tem matrícula. O veículo tem uma DAV feita e a DAV atribuída pela alfândega está aqui. Eu vou vos mostrar. A DAV existe e está aqui. O problema é que esta DAV foi-me enviada via WhatsApp e isto requer, para que eu legalize o carro em meu nome, chegar à conservatória e quero que isto seja um original. É o primeiro problema que eu tenho relativamente a não ter ainda o carro no meu nome, com livrete. Livrete não é a propriedade, se qualquer dos senhores vender aqui a outra pessoa hoje um veículo a pessoa tem o tempo que quiser, sessenta dias, não paga multa, mais de sessenta dias vai pagar multa. Mas não deixa de ser o proprietário porque a pessoa já vendeu. Eu comprei, eu passei a ser o proprietário, está na posse, está aqui uma DAF que diz aqui número dois mil seiscentos e sessenta e sete, data seis do doze de dois mil e quatro. E sabe o que é que diz mais aqui na DAV? Diz a matrícula da viatura, sessenta zero cinco ZG. Eu pergunto, como é que o senhor perante um público que me viu online vem dizer que o veículo não corresponde à matrícula? Isto é uma DAV, este documento que eu também mostrei a senhora chefe de Polícia é exatamente o que está informatizado na Conservatória e no IMT. Qualquer advogado que aqui estivesse, meu colega, chegava agora ao seu computador, com a sua password de advogado e metia lá, registo inicial, mete esta matrícula e as características estão todas lá. Como é que o Senhor vem



aqui dizer em público, perante uma série de pessoas que me conhecem, que o veículo não corresponde à matrícula? Estão aqui dois documentos, dois documentos oficiais. Eu hoje estive na Conservatória de Silves, uma vez mais a tentar, o que é que eu não tenho? Não tenho este documento original, já falei com a alfândega e disseram “venha cá, fale com o diretor e venha expor a sua situação”. Aliás, eu conheço-o, é um amigo meu. Este documento, é impossível, de desaparecer essa matrícula. E, neste caso, o veículo até podia não estar informatizado, mas está. Relativamente ao número de chassi, que disseram logo, que me ofendeu também na altura, “que o veículo não tem matrícula, o senhor é um mentiroso”! E eu disse minha senhora, a chave está debaixo do banco, abra a porta, eu ensino como é que abre a porta, tem um vidrinho pequenino, inclina o vidro, mete a mão e tira, se quiserem eu vou lá, e na ombreira da porta tem o número do chassi. Tudo o que foi dito aqui são falácias que me ofendem gravemente. Para além disso, dentro daquele veículo estão peças de vários carros clássicos, um Ford Mustang de mil novecentos e sessenta e nove, para vocês podem ser lixo e ferro velho, para mim são peças de um carro clássico, vale duzentos mil euros, estão peças de um Camaro de mil novecentos e setenta e quatro, vale mais de cem mil euros. Estão peças de um Chevrolet trinta e sete, que nem lhe vou dizer o valor. Aquelas peças que hoje estão podres, ferrugentas e abandonadas que me foram espoliadas valiam muito dinheiro. E, é assim Senhor Presidente, eu venho aqui as vezes que for possível, tenho todos os documentos, tudo aquilo que o Senhor disse que eu não tenho, eu tenho. O veículo foi espoliado, foi má vontade dessa polícia. Inclusive, se me permite, apesar de já passar vinte segundos, o veículo quando essa senhora, chefe de polícia mostrou no seu telemóvel, o processo, o processo tem fotografias que não corresponde à data que podem ter levantado o veículo, porque em janeiro eu fui à Polícia Municipal, eu disse que puseram os autocolantes, eu moro em frente, os veículos são meus. Está aqui o meu advogado, ilustre advogado, que esteve na minha casa quando eu tive uma situação que foram quinze GNR’s, uma Magistrada do Ministério Público e um Juiz de Instrução. Além disso, foram verificar toda a legalidade dos meus veículos, veículos com matrícula inglesa, veículos com matrícula dos Estados Unidos, veículos com matrículas de Gibraltar, veículos com matrículas de Espanha, para todos, para um Juiz de Instrução, para o Ministério Público, para quinze GNR’s eu provei toda a minha documentação, mas não provo para vocês. Eu virei à próxima porque o meu tempo acabou. Deixo cópia dos documentos. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

Manuel Marciano: “Boa noite Senhora Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores a todos boa noite. Senhor Presidente, hoje o que me traz aqui é um assunto muito simples, eu sei que ainda estão em quatro meses de executivo, é pouco tempo, mas já me demonstra aqui alguma falta de competência em certos assuntos, falta de transparência, falta de respeito pelos albufeirenses e alguma irresponsabilidade, penso eu, num assunto que eu ainda não percebi porque é que não está a ser feito. Vamos lá começar pela incompetência. Eu, já venho aqui, há umas quatro ou cinco, até já perdi a conta, às Assembleias, falar do caso da Quinta da Palmeira e é incompreensível e eu chamo-lhe de incompetência, porque não há um funcionário da ação social capaz de, uma vez por dia, conseguir consultar um contrato de arrendamento. Ora, se o mês tiver vinte e dois dias úteis, são vinte e dois contratos. Se falarmos em dois meses, são quarenta e quatro, em três meses são sessenta e seis. Eu não sei quantos habitantes é que são na Quinta da Palmeira, mas é uma incompetência realmente de louvar. Falta de transparência,



pois os albufeirenses mereceriam mais transparência nesta situação e noutras. Eu, na última Assembleia coloquei algumas questões ao senhor Presidente e, transparência nas suas respostas foram nulas. Eu, não obtive transparência nenhuma, nem os albufeirenses. Falta de respeito, pois nós estamos a falar de uma comunidade que em nada contribuiu para o desenvolvimento e crescimento desta cidade e há albufeirenses que pagam por um T1 oitocentos, novecentos euros, por um T2 de mais de mil euros e a maioria das vezes não encontram habitação. E, estamos a falar em situações de um euro ou dois euros, até já me disseram que isso já foi aumentado para seis euros as rendas, mas foram para seis euros, provavelmente para dizerem que eu venho para aqui mentir, mas mesmo que seja seis euros é uma vergonha, a maioria dos albufeirenses pagar o que pagam pela habitação e ter uma comunidade que paga um, dois, três ou mesmo cinco euros que seja. É uma vergonha. Isto não deixa de ser uma falta de respeito e irresponsabilidade. Senhor Presidente, hoje venho colocar aqui uma questão que eu não sei se o senhor me vai conseguir responder ou se quer responder. Tem a ver com a lei do ruído e tem a ver com aquele provável hipotético regulamento que ainda não foi sequer apresentado nesta Câmara e estamos à beira do verão. A lei do ruído, na última Assembleia, o senhor Presidente respondeu a um município que colocou a questão, que na baixa de Albufeira não estava a ser cumprida a lei do ruído, o Senhor Presidente respondeu “isto é difícil, estamos a negociar, isto não é fácil”, Senhor Presidente, as leis não se negociam. As leis são para se aplicar e para serem cumpridas. Não há leis negociáveis, eu não percebo, só se é no mundo onde o senhor Presidente vive, porque no mundo onde eu vivo as leis não são negociadas, são para se cumprir, ponto final. Depois, entretanto, essa município também não teve capacidade de resposta, ou se calhar não pensou, mas senhor Presidente, isto é assim, isto leva-me a crer, e eu peço desculpa se estiver enganado, que muito provavelmente o seu compadre, que é o senhor Florival, que é um dos maiores empresários da cidade, provavelmente, e alegadamente ele já o disse que dificilmente irá cumprir quer a lei do ruído ou terá que ter condições para, e que dificilmente irá cumprir esse tal regulamento. Ora, a questão que eu quero colocar é muito simples, se houver pessoas a não cumprirem a lei do ruído ou o regulamento, o que é que o senhor Presidente irá fazer, mesmo sendo o seu compadre a não cumprir? Porque o senhor Presidente, está condicionado, não é? Eu peço desculpa, mas se calhar não tem condições para continuar a exercer, porque isto sabe o que é que me dá a entender? É que em Albufeira vai ficar tudo na mesma. Os albufeirenses em outubro olharam para si como se fosse o rosto da mudança, vamos ter um turismo diferente, vai ser aplicada a lei do ruído, vamos ter um regulamento com o fecho dos estabelecimentos noturnos a horas dignas. E eu estou a ver que não vai acontecer nada disso, Senhor Presidente. Vai ficar tudo igual àquilo que estava. E Albufeira merece um turismo diferente, merece que a lei do ruído seja cumprida e que haja um regulamento para que os estabelecimentos noturnos possam fechar a horas decentes para que se evitem algumas situações na rua, como vandalismos e outras coisas que têm acontecido, que têm destruído Albufeira nos últimos anos.” -----

Joaquim Duarte: “Boa noite, senhor Presidente, boa noite a todos, sou pescador, natural de Albufeira. Acompanhei a existência do turismo todo em Albufeira e tenho aqui um assunto muito complicado, com agressões físicas. E, eu queria que a Câmara tomasse uma decisão sobre o Mercado das Areias de São João, porque tenho sido agredido, já tenho queixas na Polícia Municipal e na GNR sobre os assuntos que têm lá passado. Há um funcionário da Câmara que me tem dificultado a vida, tem-me



feito a vida negra, tem desligado as máquinas de gelo, deixa-me sem gelo, já gastei quase quatro mil euros de gelo. E, esse funcionário para mim não tem valor nenhum, que é um homem que só está ali do lado da outra santa que lá está. Eu sou de Albufeira e quero que a Câmara me dê uma ajuda neste aspeto, que eu não quero agressões, não quero ser agredido verbalmente e fisicamente. E, gostava que tomasse uma decisão sobre este assunto porque já não tenho paciência, começando pelos empregados da Câmara, há lá um que não vale um caracol, é vendido por um café, é a palavra mais certa. E eu não estou para me chatear com aquela gente, já tenho todo o tipo de nome, agressões físicas e aquilo é diariamente. A Câmara tem de tomar uma decisão. Eu sou natural de Albufeira, sou recenseado em Albufeira, contribuí muito para o turismo, fiz grandes reportagens, está ali o senhor Desidério e Presidente da Câmara, o senhor Xufre foi meu professor de escola primária, fiz reportagens da cidade de Albufeira, que hoje é cidade, naquele tempo não era. Agradeço que tome uma decisão, que isto de ser agredido, não.” -----

Sr. Presidente, o incumprimento dos prazos não é apenas uma questão administrativa, é económica, institucional e de confiança. Cada processo que se arrasta é investimento adiado, emprego que não se cria e confiança que se perde. E termino com uma reflexão, o que é verdadeiramente o serviço público? Não é um conceito abstrato, é uma prática diária. Servir o público não é servir-se dele. Não é utilizar os impostos para sustentar uma máquina que não responde. O salário público, não nasce numa conta bancária, nasce do serviço prestado ou no serviço que deve ser prestado. E quanto a esse serviço, falha, de forma sistemática. O que está em causa não é apenas eficiência, é legitimidade. No essencial, trata-se de algo muito simples e fundamental respeito pelos cidadãos.” -----

João Ferreira: “Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, caros munícipes, apresento-me hoje novamente nesta Assembleia, enquanto arquiteto, empresário e sobretudo munícipe deste concelho. Alguém que aqui vive, investe, trabalha e sente diariamente na prática aquilo que muitas vezes aqui se discute em teoria. Compareço, uma vez mais, como munícipe proactivo, não movido por crítica estéril, mas por um sentido de responsabilidade cívica. O meu objetivo é simples contribuir para que este executivo, legitimamente eleito, possa ouvir, ponderar e, se assim entender, agir, utilizando ou não os contributos que aqui deixo. Importa desde já sublinhar o que aqui trago não nasce do achismo, nem do opinismo, nasce de análise e experiência, de um contacto diário com a realidade de mais de três dezenas de municípios em Portugal, através da rede de gabinetes técnicos que represento. É, portanto, uma visão informada e sustentada. Posto isto, trago hoje a esta Assembleia um tema que todos conhecem, mas que poucos enfrentam com frontalidade, o incumprimento sistemático dos prazos estabelecidos do RJUE pelas entidades licenciadoras e fiscalizadoras. Não é um problema invisível, é um problema estrutural e de cultura administrativa. Pergunto de forma clara: esta Câmara cumpre os prazos? Não. É a única? Também não. Mas isso não pode servir de conforto. Este executivo assumiu o compromisso de fazer diferente e é por isso que aqui estou. Não para acusar, mas para exigir coerência entre o discurso e a prática. Porque a diferença não se proclama, constrói-se, constrói-se com decisões, método e coragem. Reclamar qualquer um consegue. Apresentar soluções, exige responsabilidade. E, é isso que hoje aqui procuro fazer. Permita-me então, avançar com propostas concretas. Em primeiro lugar, a implementação de checklists, técnicas e grelhas objetivas de verificação de parâmetros urbanísticos, que reduzem a arbitrariedade e



garantam a previsibilidade dos processos. Porque um processo previsível é mais rápido, mais justo e mais transparente. Em segundo lugar, é essencial promover uma clarificação do papel dos arquitetos revisores nos serviços municipais. A Ordem dos Arquitetos, tem vindo a advertir de forma clara e reiterada que os técnicos revisores devem restringir-se à verificação do cumprimento dos parâmetros urbanísticos e regulamentares aplicáveis. Não lhes compete reinterpretar projetos. Não lhes compete redesenhar soluções. Não lhes compete exercer criatividade sobre o trabalho alheio. O seu papel é técnico, objetivo e regulatório. Quando esse limite é ultrapassado, instala-se não o rigor, mas a incerteza. Não qualidade, mas bloqueio. Não exigência, mas entropia administrativa. Permita-me citar a professora Fernanda Paula Oliveira, que, de uma forma simples e profunda, elucidativa, afirmou um dia: “Não inventem”. E talvez valha a pena também acrescentar com alguma ironia o episódio relatado pelo ilustre que todos conhecem, arquiteto Siza Vieira, que dizia “de manhã estou a receber um prémio internacional de arquitetura e da parte da tarde estou a receber um ofício de uma Câmara Municipal em Portugal a indeferir um projeto meu”. Creio que esta frase, dispensa comentários, mas diz muito, ou talvez tudo. Em terceiro lugar, enquanto os serviços não estiverem dimensionados para cumprir os prazos legais e é evidente que hoje não estão, deve o município assumir esta realidade com pragmatismo e, nesse sentido, recorrer de forma transitória e estratégica a entidades externas privadas para o apoio de emissão de pareceres técnicos. Não é uma solução inovadora. Já é utilizada, nomeadamente na área jurídica. Aqui trata-se de desbloquear processos, dinamizar o investimento e devolver confiança. Senhor Presidente, o incumprimento dos prazos não é apenas uma questão administrativa, é económica, institucional e de confiança. Cada processo que se arrasta é investimento adiado, emprego que não se cria e confiança que se perde. E, termino com uma reflexão, o que é verdadeiramente o serviço público? Não é um conceito abstrato, é uma prática diária. Servir o público não é servir-se dele. Não é utilizar os impostos para sustentar uma máquina que não responde. O salário público, não nasce numa conta bancária, nasce do serviço prestado ou no serviço que deve ser prestado. E quanto a esse serviço, falha, de forma sistemática. O que está em causa não é apenas eficiência, é legitimidade. No essencial, trata-se de algo muito simples e fundamental respeito pelos cidadãos.” -----

Maria Cascalheira: “Ora, muito boa noite Senhor Presidente, senhores membros da Assembleia e todos os presentes. No dia nove de outubro do ano passado, os moradores da Aldeia dos Canais apresentaram um abaixo-assinado a solicitar a instalação e saneamento básico na área onde ainda não existe. Este documento foi acompanhado por planta de localização que identifica concretamente as zonas, continuam sem acesso ao saneamento, uma vez que as outras áreas dos Canais já dispõem dos serviços. Essa exposição foi feita, foi entregue ao então Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Dr. José Carlos Rolo, na altura por carta registada com aviso de receção. Até à data não obtivemos qualquer resposta. Posteriormente, a Assembleia Municipal de Albufeira realizou no dia vinte e seis de novembro do ano passado e, já com um novo executivo e, um conjunto de moradores voltou a expor esta situação. A intervenção foi apresentada pela moradora Lúcia Pinho, no entanto, também nessa ocasião não foi dada qualquer resposta ou indicação concreta sobre o assunto. Importa ainda referir que, por várias vezes e ocasiões, abordamos o agora vereador ou Vice-Presidente deste município, Jorge do Carmo, onde fomos informados de que já existiam estudos prévios efetuados pela



Junta de Freguesia de Ferreiras, com vista à implementação e saneamento, que a partir daí essa intervenção seria responsabilidade da Câmara Municipal, estando o processo tratado. Apesar disso, a realidade mantém-se, continua sem saneamento básico nas zonas identificadas. Acrescento que desde sempre os moradores têm pago nas suas faturas de água as taxas de saneamento, apesar de não beneficiarem efetivamente desse serviço. Neste sentido, voltamos hoje, dia vinte de março de dois mil e vinte e seis a expor a situação, de acordo com a Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, compete ao município garantir o acesso universal e serviços públicos essenciais, incluindo o abastecimento de água e saneamento. Assim, tendo em conta esta responsabilidade legal, solicitamos uma vez mais, que Câmara Municipal apresente um cronograma claro, com as obras na zona dos Canais, que ainda não estão abrangidas por essas infraestruturas. A falta de saneamento básico não é apenas uma questão técnica, trata-se de um problema de saúde pública e qualidade de vida digna para quem ali reside. Contamos por isso, com a vossa atenção e com uma resposta acrescentando resolver esta situação com a urgência que ela merece.” -----

Isabel Pinheiro: “Boa noite excelentíssimos, Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores Deputados e todos os presentes aqui e quem nos possa estar a assistir em casa. Venho expor uma situação que considero grave, que envolve a obra ilegal existente desde dois mil e dezanove, aproximadamente sete anos, conforme resposta do pedido de fiscalização apresentado em oito do dois de dois mil e vinte e quatro. Recaiu o despacho em vinte e nove do cinco de dois mil e vinte e quatro com o número de referência S/CMA/dois mil e vinte e quatro/dez mil quatrocentos e noventa e sete, e-g-ciac/dois mil e vinte e quatro/ quinhentos e vinte e quatro, informação DFV dezanove do quatro de dois mil e vinte e quatro. Foi elaborada participação número PI sessenta e nove de dois mil e vinte e quatro. O despacho já assinado pelo anterior Senhor Presidente, já enviado em email conjuntamente com parte do Registo Predial e atas de reunião de condomínio e outros, pelo denunciante de obra ilegal em propriedade horizontal, fachada do prédio, trata-se da imobiliária DS, localizada na Avenida dos Descobrimentos, no concelho de Albufeira. Tratando-se de uma imobiliária, é suposto ter conhecimento reconhecido da interpretação do conteúdo de registo predial antecipado, à data de aquisição de qualquer imóvel e suas obrigações legais, conforme o Código Civil. No registo predial, esse espaço, mesmo que privado pertencente à loja, encontra-se escrito terraço descoberto, significa que não deveria existir ali qualquer construção permanente, esse local e outros semelhantes. Este assunto já foi aqui exposto duas vezes, junho de dois mil e vinte e cinco e setembro de dois mil e vinte e cinco. Conforme o despacho referido, encontram-se dois processos abertos sobre esta situação, um de contraordenação, coima ou multa e outro de reposição da legalidade, ambos a tramitar na área jurídica do município. Pergunto, qual o estado atual dos processos de contraordenação e de reposição da legalidade? Até quando os residentes vão continuar a viver trancados em casa por insegurança? Acrescento as baratas a circular e o lixo por falta de limpeza. O município tem ou não tem poder e capacidade para que a obra já reconhecida ilegal, seja removida? Em quanto tempo poderá atuar ou ver-se removido aquela montra de vidro? Informo que em todas as assembleias de condomínio que participei presencialmente, nunca estiveram presentes metade dos interessados ou votos contra e abstenções dos votantes presentes ou representados. Logo, qualquer votação aprovada para alteração em propriedade horizontal não são válidas, mesmo que conste na ata como aprovada. Está previsto no



Código Civil Português que para existir alterações legais na fachada do prédio em propriedade horizontal, tem de ter a aprovação da totalidade dos proprietários ou representantes. A gestão do Condomínio Bolsa dos Condomínios de Albufeira foi informada com um pedido para anexar na convocatória da assembleia de condomínio, nesse pedido foi indicado vários artigos do Código Civil Português que identificam as responsabilidades, infrações e outros. Na assembleia de condomínio foi referido pela gestão o nome de uma doutora advogada, Dra. Carla, peço gentilmente a esta Dra. Carla, esteja onde estiver neste país que esclareça bem a gestão do condomínio, quanto à responsabilidade de todos os envolvidos, conforme conhecimento e intervenção, sendo que na mesma assembleia de condomínio ocorrida em dois mil e vinte e seis, foi dado o aval para uma obra ilegal ser removida e esta obra ilegal ser mantida, ambas no mesmo prédio e na mesma fase. Será que vai ser autorizado pelo município mais obras em propriedade horizontal do mesmo prédio, sem aprovação de todos os proprietários, conforme pretensão da pizzaria? Agradeço a atenção desta Assembleia.” -----

Miguel Coelho: “Boa noite a todos, em primeiro lugar, quero demonstrar aqui o meu desconforto, a minha insatisfação, pelo modo como decorreu a última Assembleia. Assisti à Assembleia online e eu acho que quem está agora do lado de cá tem de começar a se habituar a estar do lado de cá, na oposição, porque aquilo teria sido mais giro ver um filme de terror do que propriamente estar a assistir aqui aos trabalhos. Peço aos senhores deputados e deputadas, que se contenham na linguagem e mais tranquilidade, mais paciência, deixar quem está a liderar este executivo faça o trabalho que lhes compete. Depois desta introdução, tenho três assuntos. O primeiro tem a ver com a empreitada do Cerro do Ouro, Ferreira. Eu vinha aqui elogiar a equipa Chega, por terem feito um excelente trabalho, obrigaram os serviços a ir lá marcar os troços para serem corrigidos, porque aquela estrada não é da vossa responsabilidade, é do anterior executivo. E, a propósito de ser do anterior executivo, no ano passado eu fui procurar saber quem era o responsável da Câmara por aquele projeto e consegui falar com o engenheiro e, disse mesmo ao colega que o que estão aqui a fazer é uma atrocidade. Estão a fazer uma vala com muitos metros de profundidade e depois metem a conduta adutora e pura e simplesmente empurram as terras. Vamos corrigir. Bem, a correção está agora à vista. Começaram a pintar, a fazer as marcações horizontais e aquilo está uma vergonha. Portanto, eu vinha elogiar o vosso trabalho por terem colocado lá os serviços a marcar as zonas para remover, mas hoje recebi aqui uma carta assinada pelo Senhor Presidente, eu não vou ler, não tenho tempo, mas vou fazer uma humilde sugestão ao senhor Presidente, quando o Senhor Presidente colocar, transmita-se a informação dos serviços, a minha humilde sugestão é que, coloque a informação dos serviços, é como muitas Câmaras fazem pela transparência, para nós sabermos quem é. Sabe, sou membro sénior da Ordem dos Engenheiros, e aquilo que está aqui é uma atrocidade. O que está aqui a dizer, a mim e a nós todos é que o anterior executivo adjudicou uma obra, é verdade, por meio milhão de euros, mais ou menos, relativamente ao segundo lugar, alguma coisa estava ali escondido. E agora diz assim, atenção que aquilo agora está tudo mal feito, mas agora nós vamos corrigir e todos nós vamos pagar as correções. Isto não se faz, eu fiz obras até fora do país, isto é um convite que está aqui, Senhor Presidente, não é sua responsabilidade, é dos serviços, ponha lá pessoas de sua confiança para que façam as coisas conforme deve ser, porque isto pagar aquelas reparações, nós pagámos aquelas reparações. Eu sinto-me desconfortável. Segundo assunto Senhor Presidente, tem a ver com a taxa turística. É a terceira



intervenção que eu faço sobre a taxa turística. Vai entrar em vigor dia um, a cobrança, mas nós não sabemos onde é que pomos o dinheiro, não é? Era muito importante essa plataforma clarificar isso, porque nós somos, conforme disse ao anterior executivo, somos esclavagistas, nós trabalhamos à borla para a Câmara, porque até é interessante o seguinte, agora com esta nuance, o Senhor quando fez aquele comunicado achei peculiar, a cobrança é devida a partir do dia um de abril, no dia do check-in. Quer dizer, eu como não tenho receção, eu tenho que ir para lá às onze horas da noite, quando os meus clientes chegarem, “olhe, o senhor não pagou quarenta euros, mas tem que me entregar, porque se não me entregarem, eu por obrigação solidária, sou eu que tenho que pagar à Câmara, não são os turistas. Bem, mas eu sei que o Senhor está a fazer o trabalho que lhe compete. O terceiro assunto, tem a ver aqui com a nossa e o nosso ex-libris, é muito simples, vou dar aqui sugestão. Aquela obra de contenção da arriba, por favor, ponham um bocadinho de colorante no botão projetado, mas não é na última camada. É que se começarem já a dar agora, porque nós temos turistas agora. Não temos turistas após a conclusão da obra. Se começarem já a dar agora, aquilo não cria um impacto visual desagradável para quem nos visita. E sobre a questão do Peneco, é muito simples, a minha humilde sugestão é, Senhor Presidente, o Senhor está a conduzir isto muito bem, mas o que eu apelo é quando tiver o relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, torne público as conclusões. Eu tenho a minha opinião, não vou aqui transmitir para não criar nenhum alarido, mas com certeza as conclusões do Laboratório Nacional de Engenharia Civil serão lei e eu sei que o Senhor está a fazer o devido trabalho. Muito obrigado e parabéns Dra. Luna e Senhor Presidente, força.” -----

Lucas Sousa: “Excelentíssima Presidente, Excelentíssimo Presidente, nas suas pessoas, gostaria de cumprimentar todos os aqui presentes. Isto a democracia, de facto, é também interessante, porque depois do senhor Miguel tenho também uma apreciação a fazer sobre a última Assembleia, em que acho verdadeiramente que o Senhor Presidente fez um bocadinho o três em linha. Não respondeu porque não quis, não respondeu porque não sabia e de brinde ainda destratou os Senhores Presidentes de Junta de Paderne e da Guia. E, a verdade é que, nas primeiras Assembleias tanto se falou de elevar, elevar, elevar a Assembleia, mas o que é facto é que o Senhor Presidente, quando implícita ou explicitamente, tenta limitar quem aqui fala ou o que diz, não está a elevar, está a enterrar. E gostava de deixar também essa reflexão. Relativamente aos últimos quatro meses da sua presidência, confesso que, ainda não lhe encontrei propriamente as referências políticas que o deverão guiar, mas encontrei pelo menos as referências televisivas. É que, o senhor Presidente às vezes dá-me a impressão de que está a gerir a Câmara como se de um reality show se tratasse. Este pôr e dispor de funcionários, esta antecipação de funcionários que não vão sair, mas que também não é capaz de concretizar quais é que vão sair e quando é que vão sair. É um bocadinho viver aqui num suspense permanente, que acho que verdadeiramente não dignifica ninguém. Para além disso, Senhor Presidente, fugiu a quase todas as questões que coloquei na última Assembleia. Mas permita-me concretizar uma delas. Cada vez que o Senhor Presidente traz um chefe de divisão ou um chefe de departamento de uma outra Câmara para esta Câmara e a Câmara Municipal de Albufeira arca com os custos, numa conta de merceiro, cada custo de uma destas pessoas rondará os cinquenta mil euros ao ano. Cinquenta mil euros ao ano e já deverá ter trazido pelo menos cinco darão duzentos e cinquenta mil euros ao ano, um milhão durante o mandato dos quatro anos. E, portanto, como o dinheiro não é finito, a questão é simples, se o senhor



Presidente aloca anualmente duzentos e cinquenta mil euros para novas contratações de pessoas que vêm, até é um bocadinho complicado explicar o conceito, porque não vêm substituir incompletas que estão cá, porque continuam no payroll da Câmara, o Senhor Presidente está, portanto, a limitar o dinheiro que depois tem disponível, por exemplo, para Associações e para outros fins. Além do mais, precisava também de dar aqui uma nota de um bocadinho de solidariedade laboral, porque aquilo que tenho ouvido reiteradamente é que, basicamente, a Câmara Municipal de Albufeira parece que criou novos precários municipais. E, esses precários são os senhores vereadores, em que tenho ouvido reiteradamente que eles não falam, não decidem e pouco influenciam. Para além disso, pasme-se, há também esta coisa muito engraçada que é, os senhores vereadores têm como assessora a irmã do patrão, por isso acabam por estar ainda mais limitados na sua ação, não é? Relativamente à engenheira Sara Cristina, é também caricato, porque, repare, quanto mais nós insistimos na questão relativamente ao facto de a nomeação ter ou não aumentado o seu salário comparativamente com aquele que tinha em função da transição do regime de mobilidade, este vazio na sua resposta, é alimentado pela adoção de que efetivamente poderá estar a ganhar mais. Como deverá compreender. Além do mais, gostaria de falar aqui de um outro tema relacionado com a saúde. Sei também que o Senhor Presidente está a avançar com a questão do edificado e do novo centro de saúde, mas também, como deverá imaginar, a estratégia de saúde tem também de passar por mais profissionais de saúde. E o que sei é que, no país temos inúmeros centros de saúde e hospitais públicos e privados, uns novos e uns velhos, onde de facto se está a revelar muito difícil a questão da contratação de novos médicos. E, portanto, gostava de lhe perguntar a este respeito, qual é que é efetivamente a sua estratégia de contratação de médicos e de atração de médicos? Porque às tantas, por muito necessário que possa ser um centro de saúde, como deverá imaginar, um centro de saúde sem médicos é um bocadinho como um Ferrari sem gasolina. Não funciona muito bem. E portanto, gostaria naturalmente, de deixar uma sugestão que parece contraditória, mas nem por isso é Senhor Presidente acredite, que era gostaria de incentivá-lo a trazer mais e mais profissionais de Loulé, mas em vez de trazer chefes de divisão e chefes de departamento que já cá estão, traga mais médicos.”-----

Presidente da Câmara: “Muito boa noite a todos, gostaria de cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Luna Silva, em seu nome cumprimentar a Mesa, cumprimentar os Senhores Vereadores, cumprimentar os Senhores Presidentes de Junta que estão aqui todos presentes, cumprimentar as senhoras e os senhores deputados, cumprimentar os municípios também que cá estão e aqueles que estão lá em casa a assistir. Relativamente aqui à questão da senhora Ana Henneberke, como nós sabemos, o Departamento do Urbanismo está a ser reorganizado porque, como sabemos, herdamos um serviço com problemas estruturais, sérios e incompatíveis com a eficiência que os municípios exigem e já aqui foi exigido por vocês, já aqui foi dito por vocês. E como já tinha dito e volto a repetir, por exemplo, encontramos a informação essencial dos processos concentrados num programa interno, programa que se chama Access. Obsoleto, desajustado, ao qual as novas chefias só conseguiram aceder praticamente no meio para o final de Janeiro. Apesar deste ponto de partida, os resultados já mostram aqui alguma evolução. Vamos a números, vamos a factos, no mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis deram entrada cento e dez processos de urbanismo. Em dois mil e vinte e cinco, o mês com maior número de entradas foi o de outubro, com setenta e nove processos, tendo



todos os restantes meses, de dois mil e vinte e cinco ficado abaixo das setenta entradas. Ou seja, no que respeita aos processos enviados para despacho do Presidente e para reunião de Câmara, em fevereiro de dois mil e vinte e seis, seguiram cento e quarenta e dois processos. Em dois mil e vinte e cinco o melhor registo foi novamente outubro, com cento e trinta processos. Isto significa que, mesmo em fase de reorganização do serviço, ou seja, de adaptação, o serviço conseguiu dar resposta a mais processos do que em qualquer mês do ano anterior. E, não deixa, aliás, de ser curioso que quer no número de processos de entrada, quer no número de processos enviados para despacho ou reunião de Câmara, o melhor mês de dois mil e vinte e cinco tenha sido precisamente o mês de outubro, o mês das eleições autárquicas. E, os factos são estes. Há mais entradas e há mais processos a sair para decisão. Por isso não corresponde efetivamente à realidade, dizer que, o urbanismo está pior. Falando a nível de números, os números demonstram precisamente o contrário. Acresce que, também já aqui foi dito que, foi colocado em funcionamento há pouco tempo o Portal na MyNet, foi implementado há pouco tempo. Permite aos requerentes acompanhar a tramitação dos seus processos com maior transparência. Sim, ainda não funciona na sua plenitude. Nós sabemos disso. Nós estamos cá há quatro meses. Nós sabemos que tem de haver uma fase de adaptação e de melhoramento. Estamos a corrigir falhas antigas, a modernizar ferramentas e exigir mais rigor, mais transparência e mais capacidade de resposta. E, este trabalho está em curso e os dados já começam a confirmá-lo. E haverá mais surpresas durante este ano. Estamos a preparar mais ferramentas de gestão, mais transparentes para que os requerentes consigam aceder de uma forma mais fiável aos dados. Só que isto não se implementa de um dia para o outro. Isto são coisas que demoram e dão trabalho. Relativamente ao senhor Anthony Martins, já tinha tido oportunidade de falar com ele, é o senhor Vice-Presidente que vai responder. Mas eu vou-lhe dizer aquilo que disse no outro dia. É impensável que século XXI nós não tenhamos acesso a uma rede de esgotos. Eu, por exemplo, vivo numa zona privilegiada e também não tenho água nem esgotos da rede, que acho inadmissível, não é? E acho que todos nós devemos ter direito a isso. Relativamente à situação da toponímia, não quero estar a responder por ele e o Senhor Vice-Presidente irá responder. Relativamente ao Dr. João Madeira, uma situação complicada. Na última Assembleia Municipal eu não quis, nós não quisemos colocar em causa a sua palavra ou a sua honra. Muito pelo contrário. Toda a informação que passei é a informação que eu tenho aqui dos serviços, eu posso voltar a anunciá-la, mas acho que isto vai ostracizar e vai agudizar ainda mais aquela situação extrema. Eu acho que, não temos necessidade de nos estarmos aqui enervar, porque eu como pretendo ajudá-lo a si, pretendo ajudar outro tipo de munícipe, como deve imaginar. Teremos de marcar uma reunião, mas eu não lhe prometo uma solução se não tivermos os dados concretos, como deve imaginar. Eu só poderei ajudá-lo se tiver a informação toda na minha posse e, se as coisas realmente forem de encontro aos dados que nós necessitamos. É a resposta que eu lhe posso dar mais polida relativamente a este assunto. Relativamente ao senhor Manuel Marciano, que fique bem claro que, o empresário da noite que referiu não me é familiar, ponto número um. Relativamente sobre a lei do ruído, os empresários da noite já foram auscultados e estamos a trabalhar na solução. E que fique bem claro que a lei do ruído é para cumprir. Isso é certo. Se há lei tem de ser cumprida agora, temos é que ter meios para a fazer cumprir. Como sabe, já disse aqui várias vezes, tomei posse há quatro meses e duas semanas e nesse curto espaço de tempo eu tenho lutado contra tudo e contra todos para



reorganizar os serviços, para enfrentar problemas acumulados e pôr esta Câmara a trabalhar melhor para os albufeirenses. Esta é a minha visão, é a minha missão. E o senhor, desculpe ter de lhe dizer isto, mas com uma enorme falta de sentido de realidade, vem pedir aqui a minha demissão e, eu posso lhe dizer com muita clareza, olhos nos olhos, não me move, não me intimida e não me afasta um milímetro da minha missão para aquilo que fui eleito. Isso pode ter certeza. E, quem pensava e quem pensa que me faz recuar ao fazer-me este tipo de oposição está completamente enganado. Quanto maior forem os obstáculos, maior vontade terei eu demonstrar o contrário e o contrário é dar melhores condições a quem cá está. Daqui a quatro anos terá toda a sua legitimidade para votar noutra pessoa, noutra candidato à Presidência da Câmara. Mas até lá eu serei Presidente de Câmara. Relativamente ao senhor Joaquim Duarte, do Mercado de Areias de São João, será a Senhora Vereadora a responder a este assunto, que é do âmbito da Senhora Vereadora. Relativamente ao arquiteto João Ferreira, na última intervenção agradeço-lhe os seus contributos. Volto a agradecer, parte da resposta já dei no início. Temos um grande caminho a fazer, um grande percurso a fazer. Entendo que há uma vontade enorme de que se resolvam, que coisas funcionam de uma melhor maneira. Se há alguém que mais quer isso, sou eu, como é lógico, nós executivo. Relativamente à Senhora Maria Cascalheira, eu também já dei uma resposta relativamente ao saneamento, mas será o senhor Vice-Presidente que irá complementar relativamente à falta de saneamento. Relativamente à senhora Isabel Pinheiro, obras ilegais em propriedade horizontal, cujo pedido de fiscalização tem o número de regência já foi dito pela própria senhora. A informação que eu tenho dos serviços, que me foi dada é que neste momento o processo encontra-se na divisão jurídica e está em fase de análise de defesa apresentada pelos denunciados. Aguardamos agora a conclusão dessa análise por parte dos serviços competentes, para que a respetiva comunicação possa ser feita à requerente com rigor e fundamentação que o processo exige. Foi esta a informação que me chegou da parte dos serviços. Relativamente ao senhor Engenheiro, colega, Miguel Coelho, sobre a empreitada do Cerro do Ouro, agradeço-lhe a informação que tem trazido aqui. Como sabe, esta é uma obra de mais de dois milhões euros, naturalmente não está em condições de ser recebida, o produto final está inacabado. Há um troço que, mais parece uma montanha-russa, qual é o nível de abatimentos que temos naquele troço de oitocentos metros? Esta situação foi identificada pela fiscalização, devidamente reportada ao consórcio, reunimos esta semana, relativamente a isto. O subempreiteiro já avançou com as tais marcações, onde deve ser feito as tais retificações. A empresa já começou com a mobilização do equipamento. Entretanto, já está a sinalização. Pedimos para que se iniciasse os trabalhos dia vinte e três, estão a empurrar para o dia trinta. Estamos a fazer pressão para que seja atuado o quanto antes. Mas se é engenheiro como eu e, já percebi que é, eu sou como você e sabemos que mesmo com a retificação, aquilo nunca ficará como deve de ser e nós só receberemos a obra quando aquilo estiver minimamente aceitável, dentro dos padrões, e que não haja ali tanta diferenciação de cotas. Esse é um trabalho que nós estamos em cima. E, eu acho que, mal de nós se aceitássemos uma obra ou fizéssemos uma receção provisória naquele estado de pavimento. Porque se está aqui alguém verdadeiramente interessado em que esta obra fique bem e em condições, somos nós, o executivo, é a cara do município e a honra. E, seremos totalmente intransigentes perante estas más execuções. Relativamente à taxa turística e os operadores do alojamento local, tive aqui a escrever umas coisas sobre isto para que não faltasse aqui muita



informação. Como sabe, a mudança do modelo da cobrança de taxa turística em Albufeira foi necessária porque o sistema anterior revelou-se bastante oneroso, dispendioso para o município e pouco eficaz na cobrança e insuficiente no ponto de vista do controlo e da fiscalização. Nós ainda estamos a receber telefonemas de pessoas que ainda querem entregar a taxa turística do ano passado. Isto é inadmissível, como deve imaginar, e o modelo implementado em dois mil e vinte e quatro, que foi renovado em dois mil e vinte e cinco, implicava custos anuais muito elevados, ou seja, quarenta a três mil e duzentos euros mais IVA, com a locação de terminais, mais setenta e quatro mil euros, mais IVA com licenciamento da plataforma, mais quarenta e cinco mil euros de IVA com manutenção e assistência técnica. Ou seja, estamos a falar quase de duzentos mil euros, mais aqueles dois e meio por cento que iam para eles, que são mais outros duzentos mil euros, em comissões bancárias para essa empresa. E, perante estes valores, era evidente que tínhamos que mudar aqui esta solução. E foi isso que nós fizemos. Além disso, o modelo anterior também não teve a adesão da maioria dos empreendimentos turísticos, que continuavam a utilizar os seus próprios sistemas de front office, como acontece na maioria dos municípios portugueses. Ou seja, no caso do alojamento local, o sistema era assente em QR Code, colocava a cobrança numa relação direta entre o hóspede e o município, sem responsabilização do proprietário. Na prática, isto demonstrava aqui e, tem de ser realçado, menos capacidade de acompanhamento, menos controlo e maiores dificuldades de fiscalização por parte da Câmara. Ou seja, mais grave, o município recebia apenas os montantes transferidos pela entidade responsável pela cobrança, sem conseguir confirmar com rigor exigível se a totalidade dos valores do dinheiro estava efetivamente a ser cobrada e a ser entregue no município. E, foi precisamente para corrigir estas falhas que foi adotada uma nova plataforma, com um custo de aquisição de dezanove mil e novecentos euros, que é alinhada e que vai de encontro ao que é utilizado pela esmagadora maioria dos municípios em Portugal. Trata-se de uma solução mais transparente, mais controlável, mais justa e financeiramente mais responsável. E, com este novo sistema os empreendimentos turísticos e alojamentos locais cobram diretamente a taxa ao cliente, nos termos do regulamento e no início do mês declaram na plataforma o número de dormidas sendo automaticamente emitida a fatura com a referência Multibanco para pagamento. Este modelo vai permitir ao município acompanhar melhor o processo, reforçar a fiscalização e garantir aqui a maior receita arrecadada. Mas importa sublinhar que os operadores passam a ser compensados com dois virgula cinco por cento do valor cobrado. Ou seja, em vez de ser a empresa a arrecadar com os dois e meio por cento, que vão ser cobrados, se a pessoa vai ter o trabalho, se o alojamento local, vai ter o trabalho, se o hotel vai ter o trabalho, são eles que ficam com esses dois por cento e meio. Porque é assim que as coisas devem ser feitas. Em suma, esta alteração foi feita porque o anterior modelo era mais caro, menos eficaz e menos transparente. E, este novo modelo é utilizado em mais de noventa por cento das câmaras do país e traz aqui vantagens claras. E o anterior sistema de cobrança, acho que, era única e exclusivamente de Albufeira. Isto não vale a pena estarmos a inventar a roda, a roda já foi inventada. Relativamente às arribas, concordo com aquilo que foi dito. Devia-se pôr ali um corante, terei de falar com a parte técnica relativamente a isso, para não ficar aquele cinzento, o amarelado para que aquilo fique mais esbatido. Mas é-me dito aqui pelos técnicos que, o método previsto para a aplicação daquelas camadas de betão projetado está definido no caderno de encargos e na última camada é que já terá pigmentado.



Na última camada, que for projetada já terá a pigmentação do tal amarelo, tal torrado para que fique muito mais subtil a cor. Relativamente ao Peneco, como sabem pedi logo uma reunião de emergência com a Senhora Ministra. A Senhora Ministra do Ambiente cá esteve, acompanhou-nos ao local. Em coordenação também esteve a APA em coordenação também com a Capitania e como já disse aqui na última reunião, a gente sabe a importância do Peneco para a sociedade albufeirense e mesmo ao próprio município. E, o que aconteceu foi que, o LNEC já cá veio, já fez a sua avaliação e estamos à espera de receber o tal relatório. E o relatório, claramente não tenho qualquer problema que seja divulgado publicamente, porque acho que assim é que deve ser feito, para que as pessoas saibam realmente o que é que se está a passar. Porque o Peneco não é uma questão menor, é um símbolo de Albufeira e tem de ser protegido. E nós faremos tudo o que estará ao nosso alcance para o defender, claramente. Relativamente ao município Lucas Sousa, sobre as contratações eu já lhe disse, era impensável para mim ou para qualquer Presidente de Câmara chegar aqui e manter todos os dirigentes, chefias iguais, que estão cá há mais de uma década. Se nós queremos fazer diferente, se nós queremos ser disruptivos, isto é uma questão de organização, de gestão. Eu nunca poderia ficar com as mesmas pessoas, ainda por cima cometendo os erros que vinham a ser cometidos. Se realmente os municípios votaram num outro partido e não num partido que estava cá há vinte e tal anos é porque querem mudanças, é porque querem diferenças e isso é normal que assim aconteça. É normal que haja essas mudanças. Mal de mim se eu continuasse com todas as chefias. Depois continua com esse argumento de que vêm todos Loulé. Não, neste momento a maioria já é toda de cá de dentro que subiram, que têm subido. Nós temos dado oportunidade a quem cá está para subir para chefe de divisão, essa é a realidade. Acho que, a informação não lhe chegou da maneira mais correta relativamente a isso. Relativamente à saúde, já percebi que, também já percebe de saúde. Já vi que tem vários temas que percebe, que é especializado em vários temas. Só tenho uma coisa para lhe dizer, sabe que eu, como deputado na Assembleia da República, fui Presidente da Comissão de Saúde, tanto do PSD como também do CHEGA e é um tema que me apraz bastante, porque a saúde das pessoas deve ser valorizado. E, também já percebi que estava a desvalorizar a construção do novo centro de saúde, pois eu tenho que lhe dizer uma coisa, para a atração de médicos não é só pagar mais. Os médicos não querem só receber mais dinheiro no final do mês. Os médicos querem muito mais do que isso, os médicos querem melhores condições de trabalho e o centro de saúde vai lhes dar melhores condições de trabalho, vai lhes dar possibilidades até de investigação se houver equipamentos para isso. E, se nós apostarmos também na habitação, poderemos baixar os preços e podemos atrair médicos para Albufeira. É todo um conjunto de fatores que têm de estar integrados para poder atrair médicos. Isto não é só ir ao mercado contratar médicos. Sabe perfeitamente que isto não funciona dessa maneira, nem de perto nem de longe. Todos os municípios neste momento do país estão com dificuldades em contratar, principalmente os do sul, onde a habitação é cara, onde nós infelizmente estamos mesmo no sul do país, as pessoas preferem ficar em Lisboa ou preferem ficar no Porto. Como sabe o maior número de formados em medicina, são do Porto, preferem ficar perto de casa, nós sabemos disso. Agora, não podemos desvalorizar a construção do centro de saúde, porque isso é algo que é claramente muito importante. Como eu já percebi que gosta de opinar, pelas várias intervenções que fez nesta casa, também lhe posso dizer que, ainda tem um caminho muito grande pela frente, a nível político,



ainda é um jovem, por isso digo-lhe com sinceridade, não se deixe instrumentalizar, pense pela sua própria cabeça, estude bem os dossiês antes de fazer as intervenções.” -----

Vice-Presidente: “Cumprimento a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores e as Senhoras deputados municipais, o Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras e Senhores Vereadores, os demais eleitos, os Presidentes de Junta de Freguesia e todos os presentes nesta sala e também aqueles que acompanham lá em casa. Relativamente ao assunto do senhor Anthony Martins e da Maria Cascalheira, os assuntos são idênticos e são da mesma área, referir o que já tinha falado com a Senhora Cascalheira, às vezes ali na entrada e, já lhe tinha explicado que quando estava na Junta de Freguesia de Ferreiras como Presidente, deu também entrada lá. Se calhar, é até o mesmo abaixo-assinado que estamos a falar, nós reencaminhamos para a Câmara e tentamos agilizar. Na altura, conseguimos ir ao terreno, falar com os proprietários, para tratar das estações elevatórias nos Canais e acabamos por ter lá uma certa dificuldade nalguns terrenos, porque as pessoas não estavam na altura a querer ceder, mas isso era o município que estava a tratar. Portanto, como eu já lhe disse, isto é um problema que o município reconhece, e como o Senhor Presidente disse, estamos no pleno século XXI e, sem água, sem esgotos em muitos sítios. Portanto, a nossa freguesia de Ferreiras e a freguesia de Paderne carecem muito disso, apesar de ter sido feito nos últimos anos algumas obras em Paderne, em termos de saneamento, agora está a fazer a que o senhor Anthony disse, a obra que está a passar por lá, para um empreendimento turístico, onde estamos também a tentar fazer ligações depois às casas, como já foi pedido pelos fregueses daquela zona do Cerro do Ouro, Canais e sucessivamente. Portanto, como disse, trata-se de uma realidade resultante do crescimento urbanístico naquela zona e em outras, vão construindo casas e depois não foi feito o acompanhamento devido das redes de águas pluviais e de esgotos. Portanto, há muitas zonas também nos Canais que não têm água. Nós temos um levantamento disso e estamos a tratar. É importante ser claro que, os problemas estruturais não se resolvem de imediato, nós estamos a estudá-los, ainda hoje, estive reunido, falei com o senhor diretor precisamente sobre este assunto dos Canais e daquela zona e sobre o projeto que estava a ser elaborado na altura, para saber em que situação é que estava. Ele esteve a dizer que, estamos a tratar, a tentar ser mais céleres possíveis dentro desse aspeto, mas também temos de ter sempre em atenção que temos de ter a realidade do município atual e as obras que temos de fazer. Teremos sempre decisões, não podemos tomar decisões precipitadas, temos de fazer os projetos como devem ser. O nosso compromisso são as soluções reais e que ficam para o futuro, portanto, que sirvam aquela zona toda, com as tais estações elevatórias, tanto das águas residuais como das outras. Mas agora estamos a falar dos esgotos, e temos de adquirir essas pequenas parcelas para tentar implementar o projeto que já está praticamente concluído. Depois teremos de lançá-lo para o concurso, como é óbvio. Relativamente à outra parte, já está o estudo feito, das ligações que podemos ou não executar, há a conduta que está a ser agora feita nova e tentamos depois o mais breve possível, dar uma resposta mais concisa sobre esse assunto. Relativamente à toponímia, foi um esforço que o município fez, não fomos nós, mas o anterior, como disse, de regularizar o cadastro e, o cadastro, nem sempre bate certo em certas urbanizações com os arruamentos. Aquilo são os números de polícia, mas sobre esse assunto depois poderei passar um esclarecimento melhor, se deixar o contacto ou passar ali pelo meu gabinete, posso-lhe dar depois os elementos e uma explicação concisa sobre esse problema, que sei que não é só nos Canais que isto



acontece. Acontece a nível do concelho, porque foi um projeto que a Câmara fez, começou com a toponímia e estava a tentar, entre outras coisas, arrumar a casa, por causa das distribuições. Cada vez mais, querem o número de polícia e, o número de polícia nem sempre condiz com a urbanização, porque quando os lotes estão feitos, há situações que podem se ajustar à outras que não. Tivemos aqui problemas em Albufeira, também em outras Assembleias, em que eu fazia parte como Presidente de Junta e, tivemos vários sítios onde esta situação aconteceu, que não é possível pôr o número que já está lá, do loteamento com o número de polícia, acarreta alguns encargos, acarreta também algum prejuízo para as pessoas em termos de tempo, deslocação e como o senhor disse, muito bem, depois é muito difícil, coisas que já estão registadas estar a mudar, nós temos essa noção, mas dificilmente consegue-se por o número de polícia consoante o número de cadastro que já está lá. Porque carece de uma série de preceitos que não foram feitos na altura, dificilmente se consegue fazer. Mas sobre esse assunto, como vos disse, estou disponível, quando quiser, pode passar pelo meu gabinete e nós conseguimos dar mais elementos sobre isso. Como tinha dito no início, o senhor Anthony dizia que, era difícil, havia muita burocracia conseguir cá chegar, nós recebemos todos os dias os munícipes e, é muito raro não receber o munícipe no próprio dia. Portanto, se quiser, para marcações, tenho um dia próprio, mas é para as pessoas não virem enganadas. Nos outros dias, se eu estiver ali e estiver disponível recebo. Se não estiver, as pessoas esperam cinco, dez, meia hora e recebo na mesma. Portanto, em termos de burocracia não concordo muito consigo, peço-lhe desculpa, mas da minha parte estou sempre pronto a receber.” -----

Vereadora Cristina Corado: “Muito boa noite a todos, Senhor Joaquim, estivemos ontem reunidos, estivemos a falar muito daquilo que falou aqui e, mais algumas coisas que acrescentou. Eu ouvi-o atentamente. Pedi-lhe também que me fizesse chegar as informações por escrito para que pudesse ver determinadas situações que apresentou, não só da máquina de gelo, mas de outras situações. Acho que, é importante termos esse conhecimento para tentar resolver estes diferentes problemas que existem entre os vendedores do mercado. Ainda não me chegou essa informação por escrito. Espero que em breve tenha essa mesma informação, também para poder agilizar e marcar uma reunião com os vendedores do mercado, para conversarmos um pouco. Para vermos o que é que podemos melhorar, aquilo que podemos fazer, para criar um bom ambiente, não só ao nível das pessoas que trabalham lá, os vendedores, mas também aqueles que vão ao mercado para comprar e que merecem também que haja ali um bom ambiente e que seja um sítio que se sintam bem. Essa é a nossa intenção. Para responder ao senhor Manuel Marceano, relativamente à questão que colocou em relação aos contratos de arrendamento, nós temos feito as atualizações todas em conformidade com aquilo que vem na lei. Não podemos fazê-lo de outra forma. Portanto, que eu tenha conhecimento, está tudo conforme a legislação. Se houver alguma situação que conheça que não esteja desta forma, pois faça-nos chegar essa informação. Certamente que agiremos nesse sentido. Muito obrigada!” -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, fez-se uma pausa de dez minutos. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Ana Pifaro: “Boa noite a todos, Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, caros colegas de bancadas, público aqui presente e lá em casa. Eu gostaria de começar a



minha intervenção, à semelhança daquilo que já foi dito por um munícipe aqui hoje, pedir que todos nós fizéssemos uma reflexão sobre aquilo que foi a sessão anterior da Assembleia Municipal. Eu penso que, estamos todos aqui pelos mesmos motivos, que é para representar os albufeirenses e defender os interesses do concelho de Albufeira e que, independentemente do ponto de vista político de cada um de nós, é importante na minha ótica, que nos respeitemos e principalmente, que respeitemos aqueles que nos elegeram. Isto não é um apontar dedo a ninguém, estávamos cá todos, todos excedemos os nossos limites e, penso que, durante estes dias todos refletimos sobre isso. E, por isso, eu deixo aqui o meu repto para que estas sessões funcionem de uma forma mais cordial, que a discussão política possa ser mais profícua e possa dar mais resultados para aquilo que é o futuro do da nossa cidade. Depois, queria passar para a minha segunda intervenção, o senhor Presidente já respondeu aqui porque um munícipe também aqui a apontou, tem a ver com a minha pergunta na reunião passada, sobre o Peneco, já percebi que estamos então à espera do relatório do LNEC. Vi durante a semana que foram aprovados fundos para intervenções em várias praias do Algarve. Percebi que o concelho de Albufeira também estava incluído e, se o senhor Presidente conseguisse esclarecer em que praias é que vai haver intervenção relativamente ao assoreamento, gostaria de ver esse ponto esclarecido. Gostaria também de dizer que, este Inverno tem sido de facto muito rigoroso. Todos nós temos sofrido um pouco na pele aquilo que tem sido um Inverno a que o Algarve não está nada habituado, isso foi dramático para a casa de muitas pessoas e tem sido dramático também para os municípios, isto para dizer que, neste momento, as estradas, os passeios, os caminhos estão altamente deteriorados. E penso que, com a chegada da Páscoa e a seguir do Verão, é preciso darmos aqui um input, um bocadinho mais célere para que algumas situações consigam ser remediadas, não só para aqueles que cá vivem, mas para aqueles que nos vêm visitar. Nós sabemos que, aquilo que apresentamos tem importância para os nossos turistas e nós queremos quer não, o turismo continua a ser a nossa principal alavanca da economia. Depois, queria também chamar a atenção para algumas situações que me foram sendo reportadas ao longo destes últimos dias, que têm a ver com a falta de iluminação no Pau da Bandeira, parece que desde que foi desligada a iluminação de Natal, que a pala do Pau da Bandeira estará sem iluminação. Tem havido algumas situações pontuais, não faço ideia se legais ou ilegais de venda ambulante, também no Pau da Bandeira, foi-me também reportado por um munícipe e, também foi reportado a existência, eu não consegui ir ao local verificar, de algumas tentativas de pintar algumas fachadas do centro da cidade de cor diferente de branco. Todos nós sabemos que isso se repete ao longo de todos os anos, mas que se deve tentar através da fiscalização evitar que isso aconteça, principalmente naquilo que é o casco antigo da cidade. Eu gosto de deixar estas sugestões e, aquilo que os municípios me fazem chegar, acredito que vá tendo algum efeito. Queria dizer ao senhor Vice-Presidente que, a situação que falámos aqui a semana passada, no eixo viário, já está resolvida e por isso trago-lhe aqui mais alguns desafios, na expectativa de que na próxima reunião também estejam resolvidos.” -----

Domingos Coelho: “Boa noite à Mesa, a todos os presentes e a quem nos acompanha em casa. Na última reunião da Assembleia foram colocadas duas questões em concreto que o senhor Presidente não respondeu. Uma colocada por mim, a propósito da auditoria, onde vinha um procedimento de cinquenta mil euros, eu questioneei o Senhor Presidente, em que ponto de situação estava essa auditoria



e, por outro lado, a que empresa foi adjudicada essa auditoria? Depois outra situação que foi colocada, até pela Presidente da Junta de Paderne, foi em relação à estrada de Paderne, registo que hoje deu a resposta a um munícipe, que na altura não deu à Senhora Presidente. E, já agora, permita-me que diga que, respondeu de uma forma não muito correta aos Presidentes de Junta, porque eles fizeram questões de uma forma correta sobre assuntos correntes, que é tradição aqui desta casa, portanto o tom foi perfeitamente correto e tanto mais que o regimento até prevê que as bancadas que têm Presidentes de Junta tenham mais dois minutos, portanto esses dois minutos há de ser para alguma coisa, para colocar aqui questões. Portanto, penso que, as questões foram feitas e colocadas de uma forma correta. Voltando à estrada de Paderne, dizer que não é só o problema do piso, aquela estrada trezentos e noventa e cinco é o problema das bermas, que estão pior do que estavam, é o problema da água, do escoamento da água que chega a atravessar a estrada entre duzentos a trezentos metros, chega a atravessar duas vezes, digamos, de berma a berma. E, já agora, a propósito de estradas, a estrada de Vale Pegas está exatamente com a parte central abatida porque foi objeto de obras de saneamento e o empreiteiro deixou as coisas tal como estão, diria impraticáveis. Dizer também que, na última Assembleia foi apresentado aqui a informação e conhecimento de um projeto do controlo de cheias e inundações. Eu dei-me ao trabalho de ir ver o que é que era no concelho, concretamente aqui na cidade, estruturas que possam minimizar as cheias e as inundações. E, fui ali ao ribeiro, por volta de dois mil e doze, houve uma obra de encanamento da ribeira de Albufeira e foi criada ali umas estruturas que são três comportas que a intenção é em caso de cheia controlar a entrada de água de acesso à baixa de Albufeira. Em dois mil e quinze, quando foi a grande cheia, nada desta estrutura funcionou. Presumo que não estaria obsoleta, estaria esquecida, o que é certo é que houve a cheia que houve e aquela estrutura não funcionou. E, tive o cuidado de ir ver as comportas, uma desapareceu e as outras duas estão perfeitamente inoperacionais porque o sistema hidráulico não funciona, está partido. E, depois há uma outra comporta que é exatamente por baixo da rotunda que essa está lá, a minha pergunta é: se o Senhor Presidente tem conhecimento se essa comporta está a funcionar porque as outras três não funcionam? Ou seja, a questão é: quando não há a infraestrutura, não há, deveria haver e quando existe, não funciona. Outra pergunta, e a central de bombagem na Praça dos Pescadores está a funcionar? Porque há cerca de um ano houve uma pequena inundação na Rua Cândido dos Reis, que é sempre onde há o maior problema e essa central que está na Praça dos Pescadores, uma central de bombagem potente que a ideia era bombear essa água para o oceano e não funcionou. Portanto, a pergunta é: as comportas e a central de bombagem estão a funcionar ou não?”-
Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira de Olhos d'Água: “Muito boa noite a todos, caro Presidente da Câmara Municipal, cara Presidente da Mesa da Assembleia, Secretários, Vereadores aqui presentes, digníssimos deputados, caros munícipes que estão aqui presentes e aqueles que nos assistem lá em casa, quero começar a minha intervenção e, visto que, foi um ponto que aqui foi tocado na área da saúde, quero começar por agradecer a todos os médicos, enfermeiros, técnicos auxiliares de saúde e também aos administrativos que todos os dias trabalham e dizem pronto para nos ajudar. Quero deixar aqui que, no Algarve temos o Mestrado Integrado em Medicina, que é lecionado na Universidade do Algarve, em que recebemos inúmeros alunos, quer nacionais, quer também estrangeiros. Contudo, aquilo que sabemos a nível da habitação não permite que estes fiquem por cá,



o que é muito mau para nós, porque tem muitas pessoas da minha geração que neste momento são médicos e são enfermeiros e vêm-se forçados a ter que sair do Algarve. E, quero referir aqui também que, a contratação de médicos não depende das autarquias locais, depende sim do Governo. E, também quero deixar aqui que, para colmatar a falta de médicos em Albufeira, teríamos de contratar médicos de Loulé, Tavira e Vila Real e mesmo assim não eram suficientes.” -----

Carla Vieira: “Muito boa noite a todos, cumprimento todos os presentes, a Mesa da Assembleia, o executivo, deputados da Assembleia, munícipes presentes e os que nos assistem via YouTube. A minha intervenção de hoje é dirigida ao Senhor Presidente da Câmara que, face às alterações profundas e radicais que tem vindo a proceder nos serviços, questiono se do seu ponto de vista, da sua análise e apreciação, se considera que os serviços a nível interno estão em pleno funcionamento ou, pelo menos, melhor do que anteriormente? Se existe um ambiente saudável e próximo entre os departamentos e, por outro lado, se o nível externo dos serviços estão a prestar um serviço também próximo e eficaz aos munícipes?” -----

Henrique Coelho: “Cumprimento todos os presentes e quem nos vê lá em casa, senhor Presidente da Câmara e os ilustres deputados, minhas senhoras e meus senhores. Na última sessão plenária do ano transato, o digníssimo deputado da Iniciativa Liberal trouxe-nos aqui, entre outras questões, queixas dos pescadores lúdicos, porque a Marina cobra-lhes muito. É um facto que a facilidade para colocar embarcações na água em Albufeira tornou-se dispendiosa ou inacessível. Mas este mal que vem de trás é bem mais abrangente e avassalador. Os executivos camarários anteriores não fizeram tudo mal, mas a sua inépcia foi evidente em vários aspetos. Não souberam interpretar as necessidades nem se deixaram imbuir numa estratégia pedagógica contagiante, adequada aos padrões do investimento público e do desenvolvimento, nomeadamente no que diz respeito à frente de mar e respetiva ligação à Marina. Terão perdido a noção da vocação económica do concelho e não entenderam a mudança do paradigma da operação turística, muito menos perceberam que o destino ficou entregue a si próprio. Arrastaram a autarquia para uma estrutura associativa extemporânea e duvidosa, cuja rede resulta restrita de participantes ativos, continua a fazer as malas e ir lá fora procurar imagináveis operadores do “trade” que se realizava no século passado. Paralelamente, outra trupe com malha apertada da mesma organização, usa avultados fundos da autarquia para realizar espetáculos abusivos e contraproducentes em lugares hegemónicos da cidade. Ainda há quem fale de retorno financeiro da festança. Falta colocar no outro prato da balança o desrespeito pela imparcialidade no uso de recursos públicos e os outros efeitos negativos que mancharam a dignidade da cidade, denegriram a reputação da marca turística e comprometem a competitividade. Valha-nos a localização geográfica em relação aos pontos negros da guerra e a previsível atitude de mudança do atual executivo camarário. Albufeira foi a minha Universidade e o compêndio que mais me preocupa pessoalmente continua a ser o processo do seu desenvolvimento. O senhor Presidente mostra-se determinado, identificou as prioridades e acabará por superar a dificuldade de reorganizar as estruturas administrativas e dos serviços técnicos da autarquia. Acreditamos na sua coragem para tomar as medidas necessárias e colocar Albufeira na rota do desenvolvimento estrutural e do progresso económico e social. Vossa excelência tem todas as condições para deixar marcas muito fortes neste município, superiores àquelas que foram deixadas pelo saudoso engenheiro Duarte Pacheco, seu conterrâneo. Voltando à questão



suscitada pela Iniciativa Liberal, diria que pescador lúdico não é profissão nem atividade económica. Os donos das embarcações do turismo náutico também entram nesta classe transversal que aparentemente não se insere no clubismo desportivo para o qual existe o clube de pesca de Albufeira, também este inoportuno e desnecessário, porque já havia uma secção de pesca domiciliado no Imortal Desportivo Clube que promovia competições da modalidade nas quais participei na década de setenta do século passado. Parece estranho a Iniciativa Liberal vir chamar o atual executivo à coação nesta matéria específica a qualquer apoio pecuniário da autarquia para auxiliar a referida classe de marinheiros na sua contratação de serviços com a Marina constituiria um precedente discriminador e incontornável. Reiterando a inegável ausência de condições da frente mar é lógico que também a atividade de pesca lúdica seja considerada, analisada, avaliada e porventura melhor regulada por quem de direito, fora do âmbito autárquico.”-----

Helena Simões: “Boa noite, começo por clarificar que as duas intervenções que vou fazer, uma é um requerimento que vai ser entregue à Mesa e a outra é a defesa da honra. E sendo que as duas, do ponto de vista regimental, não devem consumir tempo da bancada em apreço, com referência para o artigo trinta e quatro, número dois e trinta e cinco número um do Regimento, pelo que peço ao Segundo-Secretário que pare o cronómetro. Boa noite a todos, começo por cumprimentar a senhora Presidente, os meus caros colegas deputados municipais, senhoras e senhores munícipes, que lamento que, tenham saído entre um momento e outro e também funcionários da autarquia. Este requerimento, que passarei a entregar a Mesa que está escrito, subscrito por mim, versa sobre o respeito pela legalidade e a proteção de quem trabalha ao serviço do interesse público. No requerimento, faz referência aos artigos e à lei, aqui não o vou fazer para não me tornar maçuda para os demais. No entanto, a administração pública está subordinada ao princípio da legalidade e à prossecução do interesse público. Esse princípio, não é apenas uma norma abstrata é uma garantia concreta para os cidadãos, mas também para os trabalhadores da própria administração, ou seja, da própria autarquia. Quem exerce funções públicas, sejam dirigentes, trabalhadores ou colaboradores, está vinculado a deveres de legalidade, zelo, lealdade para com o interesse público. Isto significa, em concreto que, quando alguém, no exercício das suas funções, tem conhecimento de uma irregularidade ou de uma ilegalidade, não estamos perante uma questão meramente pessoal ou opcional. Em muitos casos, existe mesmo um dever funcional de comunicar essas situações. Importa recordar que, o nosso ordenamento jurídico importou por via de uma diretiz europeia e não vou referir a lei, porque vai no respetivo requerimento, veio precisamente estabelecer mecanismos destinados a garantir que quem denuncia infrações de boa-fé não pode ser alvo de represálias. Não pode ser alvo de ameaças. Este é um ponto que considero particularmente importante sublinhar nesta Assembleia. Numa administração pública saudável, a denúncia de irregularidade não deve gerar medo, pressão ou isolamento. Deve, antes pelo contrário, ser um contributo para a transparência, para a legalidade e para o bom funcionamento das instituições. Instituições fortes, constroem-se quando as pessoas sabem que podem agir de acordo com a lei, sem receio de consequências pessoais. Por isso, creio que, é importante reafirmar publicamente este princípio, defender a legalidade, comunicar irregularidades e proteger o interesse público não é um ato de deslealdade institucional, é um dever de quem exerce funções públicas e um direito que deve ser protegido. É assim que se reforça a confiança dos cidadãos nas instituições. No presente dia,



entregarei à Mesa um requerimento que visa obter respostas às seguintes questões, a) se existem no município mecanismos ou canais formais de denúncia interna de irregularidades ou ilegalidades; b) Qual o procedimento adotado quando são reportadas tais situações?; c) Que garantias institucionais são asseguradas aos denunciantes, designadamente no que respeita à proteção contra eventuais represálias? Solicitarei também no dito requerimento, que o teor do requerimento seja dado a conhecer a todos os deputados municipais e todos os trabalhadores da autarquia, bem como a resposta que venha a ser prestada pelo Executivo Municipal, seja veiculado a todos os deputados e a todos os funcionários da autarquia. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata). Passarei agora à defesa da honra. Considerem-se já cumprimentados no anterior momento. Na última sessão desta Assembleia foram proferidas declarações públicas que dizem respeito diretamente à minha pessoa, ao exercício do meu mandato enquanto deputada municipal e à minha atividade profissional enquanto advogada. Foi afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara que, existiria um processo-crime na esfera judicial, em que eu seria investigada pela prática de um crime de difamação, tendo igualmente sido proferidos juízos de valor sobre o meu conhecimento jurídico e sobre a minha atuação profissional. Perante estas afirmações, considero importante esclarecer publicamente alguns factos. No exercício das minhas funções enquanto deputada municipal, apresentei ao Ministério Público uma comunicação institucional para efeitos de averiguação de declarações públicas proferidas por um titular de cargo político municipal. Declarações essas amplamente divulgadas em plataformas públicas. Tal pedido de averiguação foi dado conhecimento a esta casa e a todos os deputados. Importa sublinhar, algo que é essencial num Estado de Direito. Não formulei acusações. Não proferi qualquer condenação pública e não substituí as autoridades judiciárias. Limitei-me a fazer aquilo que a lei permite e, que a responsabilidade institucional exige. Remeter os factos às autoridades competentes para averiguação e para apreciação. É exatamente para isso que existe o Ministério Público. Quando surgem dúvidas juridicamente relevantes, não cabe aos políticos decidir. Cabe às instituições do estado avaliar. Foi o que fiz, já não é a primeira vez, vários seguiram para vários órgãos de fiscalização. Importa também recordar que a Assembleia Municipal tem entre as suas funções essenciais a fiscalização da atividade do executivo municipal. A Assembleia Municipal não existe para aplaudir o poder, existe para escrutinar. E, quando um deputado cumpre esse dever, está a defender os cidadãos que o elegeram. Essa função não é facultativa. É uma responsabilidade democrática dos deputados municipais. Por isso, devo dizê-lo com total clareza e frontalidade, o exercício do dever de fiscalização nunca pode ser confundido com difamação. Num Estado de Direito, a fiscalização democrática não é um ataque pessoal, ao contrário do que foi proferido aqui em relação à minha pessoa, é um mecanismo de garantia da legalidade, da transparência e da confiança nas instituições. O que fragiliza as instituições não é a fiscalização. O que fragiliza as instituições é a tentativa de descredibilizar quem exerce legitimamente esse dever. Por isso, quero deixar aqui uma mensagem muito clara, nenhuma tentativa de pressão política, nenhuma tentativa de desvalorização pessoal e nenhuma tentativa de intimidação institucional me impedirá de exercer plenamente o mandato para o qual fui eleita. Continuarei, por isso, a exercer o meu mandato com independência, com responsabilidade e com respeito pelas instituições. Naturalmente, reservarei todos os direitos legalmente previstos para a defesa da minha honra, do meu bom nome e da minha reputação profissional. Caso tal se revele necessário. Mas permitam-me terminar com uma pergunta



simples, mas essencial para qualquer democracia, devemos então concluir que fiscalizar o executivo passou a ser considerado difamação? Fiscalizar o poder nunca foi crime numa democracia. Pelo contrário, é um dever. Agora tenho só duas questões que já não têm a ver com a defesa da honra. Eu sei que a decisão foi tomada pela Mesa, foi proposta e foi acolhida a questão dos intervalos, aquilo que eu se calhar pediria era que o primeiro intervalo acontecesse a seguir à intervenção antes da ordem do dia, ou seja, a seguir à intervenção dos deputados municipais. Porque me parece a mim que, se perde aqui não é plateia, mas alguns munícipes que até poderiam beneficiar de algumas intervenções, nomeadamente quando nós deputados, muitas das vezes também forçamos sobre matérias que eles próprios já versaram antes. Depois, em relação ao munícipe que referiu constrangimentos na vinda a esta casa, eu sei que não é de agora a inscrição por email, eu sei que não é de agora o pedido do assunto que a pessoa vai trazer, mas também sei que isto é a casa da democracia e de alguma forma as pessoas podem e devem livremente poder se inscrever sem muitas das vezes sentirem que é quase um procedimento administrativo. E, foi isto que, o senhor referiu aqui. E, é isto que muitos munícipes já me referiram, que se sentem constrangidos muitas das vezes pelas perguntas retornadas pela Assembleia, “qual é o teor? Mas exatamente o que é que é? Exatamente o que é que vai falar?” Isto é a casa da democracia, parece-me a mim que é importante manter assim.” -----

Jaime Campos: “Boa noite Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, restantes Mesa da Assembleia Municipal, senhores Vereadores, caros deputados municipais, público aqui presente e quem nos acompanha. Na política local, falamos muitas vezes de grandes projetos, grandes investimentos e grandes estratégias para o concelho. Mas muitas vezes aquilo que realmente faz diferença na vida das pessoas são soluções simples, com problemas concretos. E, é precisamente por isso, sobre um desses problemas concretos que me traz aqui hoje, a tão desejada cobertura do Mercado Municipal dos Caliços. O Mercado Municipal dos Caliços desempenha um papel importante na vida económica e social do concelho. É um espaço que aproxima produtores locais, pequenos comerciantes e consumidores, contribuindo para dinamizar a economia local. No entanto, continua a apresentar limitações que impedem que atinja o seu potencial. Na ausência de uma cobertura na zona de vendas ao ar livre, utilizada sobretudo por agricultores e pequenos produtores, expõem esta área às condições climatéricas, em dias de chuva ou de calor intenso há perda direta de rendimento, seja pela deterioração dos produtos, seja pela diminuição da afluência dos clientes. Estamos perante um problema concreto, com impacto real na vida de quem depende deste espaço e cuja resolução não exige grande complexidade. Além disso, exige também algumas questões estruturais que devem ser resolvidas, nomeadamente na zona do peixe, onde os lava-loiças não garantem as condições ideais de higiene, bem como as falhas do sistema de esgotos e a ausência de instalações sanitárias adequadas para os vendedores. Da parte da Iniciativa Liberal, acreditamos que a gestão municipal deve orientar-se por princípios simples, resolver problemas concretos, utilizar bem os recursos públicos e valorizar os equipamentos que já existem. O Mercado dos Caliços está bem localizado, numa zona central com bons acessos e estacionamento próximos. Por isso, a instalação de uma cobertura na zona exterior surge assim como uma solução prática que melhora as condições de trabalho, protege a atividade económica e torna o espaço mais atrativo ao longo de todo o ano. Esta cobertura pode ainda ser pensada de forma moderna, integrando por



exemplo, painéis solares, contribuindo para a melhor eficiência energética de equipamentos e reduzir os custos de funcionamento. Ao mesmo tempo, uma zona coberta permitiria dinamizar mais aquele espaço, possibilitando a realização de iniciativas locais, feiras temáticas ou atividades culturais, ou seja, rentabilizar melhor uma infraestrutura que já pertence ao município e aos albufeirenses. Se o executivo municipal pretender ter uma visão mais ambiciosa para este espaço, poderá também estudar caso a estrutura do edifício permita, a possibilidade de acrescentar pelo menos parcialmente, um piso superior. Esta ampliação poderia viabilizar, por exemplo, algo que já foi falado, que é a instalação da Loja do Cidadão, aproximando serviços públicos da população e trazendo mais movimento diário a esta zona da cidade. Senhor Presidente, Senhora Presidente e Senhores Deputados, para a Iniciativa Liberal a cultura do Mercado Municipal dos Calços deve ser vista como uma intervenção útil no equipamento público. Pode e deve ser aproveitado, melhora as condições de trabalho, protege os rendimentos dos pequenos produtores e aumenta a atratividade de um espaço importante para a cidade. Mas há também um princípio que deve orientar quem exerce funções públicas, estar no serviço público deve significar fazer parte da solução e não fazer parte do problema, identificar dificuldades concretas e trabalhar para as resolver. É, no fundo, aquilo que os cidadãos esperam de quem aqui exerce responsabilidades. Porque governar bem também passa por isso, resolver problemas concretos com bom senso, eficiência e visão para o futuro.” -----

Margarida Guilherme: “Muito boa noite Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, a todos os colegas deputados, às pessoas que estão aqui presentes, aos municípios e também aos que estão a assistir-nos através do YouTube. Em primeiro lugar, eu venho com uma pequena intervenção que tem a ver com uma situação preocupante que se vive atualmente nos agrupamentos de escolas de Albufeira e que está relacionada com a insuficiência de assistentes operacionais. O número reduzido destes profissionais, aliado ao número de baixas médicas, está a comprometer seriamente o normal funcionamento das escolas em Albufeira. Esta realidade não só afeta a eficácia do serviço prestado, como coloca em causa a segurança de alunos, docentes e de toda a comunidade escolar. Os assistentes operacionais desempenham um papel absolutamente essencial no dia a dia escolar. Entre as suas múltiplas funções, destacam-se a vigilância e o acompanhamento dos alunos nos recreios, corredores e outros espaços comuns. O apoio direto a alunos, incluindo aqueles com necessidades específicas. A limpeza e higienização das instalações. Fundamental para garantir condições de saúde e de bem-estar. A colaboração na organização e funcionamento das atividades escolares. O controlo de entradas e saídas, assegurando a segurança dos espaços educativos. O serviço de refeições, almoços, lanches nas cantinas e bares das escolas. Face à escassez de pessoal, os assistentes atualmente em funções encontram-se sobrecarregados, exaustos e, em alguns casos, à beira da rutura. Esta situação impede-os, naturalmente, de assegurar um serviço com a eficácia que seria desejável. Tal como aqui referido pela senhora munícipe e colega do último mandato, Mónica Félix, é urgente colmatar esta necessidade. Assim, apelo e também já aqui apontado, pelo que sei, solicitado à Câmara pelo Senhor Vereador Victor Ferraz. Assim, apelo à rápida intervenção do executivo no sentido de assegurar o recrutamento de mais assistentes operacionais. Em segundo lugar, traz-me aqui um outro assunto, não menos importante e que tem a ver com a forma como tem funcionado esta Assembleia, em particular neste novo mandato. Nesta casa da democracia, onde tive



o privilégio de acompanhar quatro anos de trabalhos, vou agora para o quinto ano nestas sessões em prol da comunidade, assisti a momentos de tensão, sim, normais em qualquer espaço plural. Assisti a debates jurídicos exigentes, a discussões sobre o funcionamento da própria Assembleia, a disputas políticas aceras, até momentos em que cada um procurou valorizar o trabalho da sua bancada. Tudo isso faz parte. Mas o que aconteceu na Assembleia de seis de março, ultrapassou esse limite. Ultrapassou o limite do bom senso e, do equilíbrio necessários ao bom funcionamento dos trabalhos. Foram cinco horas e dezoito, particularmente difíceis. Difíceis não apenas pela duração, mas sobretudo pelo nível de violência verbal e simbólica que, tenho que o dizer, não se compadece com a nobre função deste órgão. E quem esteve presente nesta sala ou a assistir à distância, sabe exatamente do que estou a falar. Digo por vezes aos meus alunos, quando se comportam de forma pouco adequada ao contexto escolar, que a violência é como um rastilho, começa com uma palavra agressiva, com uma forma de expressão violenta, adiciona-se uma linguagem corporal ofensiva e passa de uma pessoa para outra e para outra sucessivamente, até à insensatez absoluta, até à perda de vista dos objetivos primordiais, até a falta de lógica, de sentido, de consciência e que termina normalmente com a desumanização e com a destruição da vida humana. Lamentavelmente assistimos a isto neste momento, um bocadinho por todo o mundo. Aqui, nesta casa a que chamamos Casa da Democracia, eu assisti durante quatro anos, a diversos momentos de tensão, mas, como aquele dia nunca tinha visto nada assim. Por isso, o que quero dizer é que precisamos, todos nós, elementos desta Assembleia, de refletir sobre o que aqui aconteceu e precisamos de mudar, como já aqui foi dito por munícipes e por deputados. A forma como aqui interagimos de modo a dignificar-nos o outro para nos dignificar a nós próprios. Precisamos, em última análise, de proporcionar um concelho mais digno a todos os cidadãos de Albufeira, é pelos que aqui nasceram, que aqui residem, que aqui estudam e trabalham, que nós aqui estamos. Então é para estas pessoas que precisamos de direcionar o nosso trabalho. As pessoas de Albufeira não estão interessadas em guerrilhas discursivas entre fações ideológicas e partidárias. Elas querem as suas condições de vida melhoradas. É isso que querem, nada mais. E, o que temos assistido aqui desde outubro de dois mil e vinte e cinco tem sido tudo menos isso. Tenho assistido a Assembleias Municipais de muitos outros concelhos e gostaria que a nossa se assemelhasse às que mais se dedicam a resolver os assuntos dos cidadãos e, que, o fazem de forma digna e equilibrada. E, há muitas pelo nosso país fora. Deixo aqui um apelo para que usemos de menos violência e para que direcionamos o nosso trabalho nesta Assembleia para o debate menos ou mais aceso, mas certamente muito mais equilibrado, muito mais cordial, muito mais sensato. Termina então dizendo o seguinte, apelo a todos para que as horas que aqui dedicamos mensalmente à comunidade não se transformem numa guerrilha destituída de sentido e que sejam verdadeiramente úteis para os cidadãos de Albufeira.” -----

Maria Leote: “Muito boa noite, cumprimento o senhor Presidente, a Senhora Presidente da Assembleia, os senhores Secretários e restante Mesa, Vereadores, os senhores deputados, membros da Assembleia e todos os munícipes. A minha intervenção é muito curtinha, queria subscrever todas as intervenções que já foram feitas, nomeadamente à última da senhora deputada Margarida Guilherme, relativamente ao bom ambiente que se deseja nesta Casa, solicitar diretamente à Senhora Presidente da Assembleia, no sentido de manter a imparcialidade para a qual se propôs desde o início



e, tem-no feito até à última Assembleia. E, nesta senda de bom ambiente, gostaria também de complementar uma informação que já foi aqui veiculada pela senhora deputada Ana Pífarro, relativamente à questão das casas pintadas de outras cores, provavelmente será a mesma, ou não, mas uma daquelas que é gritante, está no centro de Albufeira, entre a Igreja Matriz e a Igreja de Santa Ana. Trata-se de um bar que foi agora reabilitado ou que foram feitas obras e a cor passou do branco para o vermelho-tijolo. Neste sentido, penso que, é muito importante regulamentar e que haja um regulamento muito claro, para que as coisas não se deteriorem. Até porque, sendo eu de Albufeira, sempre conheci a regra de constrói, modifica, etc., mas o branco fica e o branco é imutável e penso que isso é muito importante para manter a identidade.” -----

Domingos Coelho: “Eu não queria ser repetitivo, mas não posso deixar passar a oportunidade para corroborar e apoiar as palavras da nossa colega Ana Pífarro e, especialmente da nossa colega Margarida Guilherme, e eu chamei a atenção na altura, logo na última Assembleia, para alguns limites que foram ultrapassados e alguém disse que já estive aqui quatro anos, eu diria que estive mais do que isso e também nunca assisti a um discurso e uma exaltação e uma gritaria assim como na última Assembleia. Aliás, como nunca assisti. Penso que, temos todas as condições e devemos, acima de tudo, criar um ambiente cordato, construtivo, democrático, debate de ideias e, no fundo, para chegar aonde? No sentido de encontrar os melhores projetos, as melhores ideias para os albufeirenses. É isso que nos traz aqui, principalmente. E, já agora, permita-me uma palavra à Senhora Presidente da Assembleia, que tem que dar ela próprio o exemplo, e permita-me, não gostei da forma como dirigiu-se à líder da bancada do TUA, de dedo em riste. Penso que, a um Presidente da Assembleia, em qualquer situação isso fica mal.” -----

Luís Rodrigues: “Boa noite, Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente Câmara. senhores Vereadores, cumprimentar também os membros deputados, o público que ainda está presente e ao público lá em casa. Também eu subscrevo aquilo que começou por ser dito aqui nesta ordem de trabalhos pela deputada Ana Pífarro. Realmente há que ter alguma elevação, há que saber que temos uma responsabilidade em cima de nós, pois fomos eleitos e representamos. Não nos representamos a nós, representamos as pessoas que nos elegeram, pessoas essas que legitimamente em quarenta por cento deram a vitória ao Chega e permitiram ao Chega, este executivo governar, ou pelo menos tentar governar. Eu acho que, também temos que ser corretos, eu às vezes elevo um bocado o tom, entusiasmo-me, não é refilar contra ninguém, é a minha forma de ser e de estar na vida. E, eu, se bem se recordam, está gravado quando já não tinha tempo para falar, foi precisamente o senhor Domingos Coelho, que veio aqui e, que disse: “eu sou socialista com muito orgulho e vocês são populistas, e o senhor se não quer que lhe chame populista, saia do Chega”. Se não foi assim, foi mais ou menos assim. Ora, isto é uma bela maneira de depois começar a ordem de trabalhos na próxima Assembleia a dizer, vocês os do Chega excederam-se, falaram muito alto, gritaram, disseram uma série de inverdades, nunca vimos isto numa Assembleia Municipal aqui em Albufeira. Até parecia que estávamos na Assembleia da República. O que acontece é o seguinte, tem que haver um bocadinho de bom senso mais uma vez. Vejam a gravação. Eu não tenho que tomar aqui a defesa do executivo e muito menos do Presidente da Câmara, que está aqui para se defender. Mas eu não vi nenhuma falta de respeito do Senhor Presidente da Câmara, eu não vi nenhuma falta de respeito da minha parte, acho



que estavam a falar de mim, porque eu fui o único que falei da bancada do Chega. Pediram para eu me retratar, eu acabei por vir aqui depois dizer caras colegas, membros deputadas, eu subscrevo aquilo que na vossa retórica das leis dizem que é assim e assado, só peço é que, não façam sentenças antes do tempo. Foi mais ou menos isto que eu disse, aqui ninguém se zangou com ninguém. E, houve aqui, sim, pessoas que se vitimizaram e parece que se esquecem do seguinte, se calhar foi a primeira vez que isso aconteceu aqui, mas tinha que acontecer, um Presidente de Junta, é um Presidente de Junta, um Presidente de Câmara, é um Presidente de Câmara e, portanto, o Presidente Câmara tem todo o direito de responder da forma que lhe apraz, dentro daquilo que é a sua legitimidade, dentro daquilo que são as competências que lhe são atribuídas. Em relação à deputada Helena Palhota, a defesa da ilegalidade é irrefutável e, visto do prisma dessa deputada, que está a fazê-lo, como tem que o fazer. Mas, não está só a fazer uma mera fiscalização, não é só um complemento fiscalizador, está também a tentar uma desestabilização política. E, isso é visível porque sistematicamente, o tema é sempre o mesmo e isto não configura nada uma tentativa de trazer algo de novo, ou uma solução política ou social para os problemas de Albufeira, mas sim uma desestabilização política, como vimos na primeira parte desta Assembleia, até um munícipe jovem de certa forma, foi instrumentalizado a dizer exatamente e repetitivamente a mesma coisa que já tinha sido dito nas últimas três Assembleias Municipais. Dizer também, uma coisa agora um bocadinho em defesa da minha honra, o senhor Domingos Coelho é socialista assumido e, tem todo o orgulho em ser socialista e ainda bem. Eu tenho todo o orgulho em não o ser e, não sou é populista, porque o populismo não é um partido. O populismo é um adjetivo, é um adjetivo que o senhor Domingos Coelho coloca aos seus colegas membros de outra bancada e que não respeita. Eu sei que, no PS há pessoas que são, não vou falar do Ferro Rodrigues e não vou dar aqui exemplos, mas eu podia dar adjetivos, mas não dou adjetivos. Eu não adjetivo ninguém. Um partido político é o partido socialista, um partido político é o Chega. O Chega é um partido político, não é um partido populista. Ou seja, tem havido aqui um combate discursivo que, na falta de argumentos, na falta de argumentos, nos têm chamado uma série de adjetivos e que eu hoje nem era para vir falar. É só para dizer o seguinte, isto não é uma defesa da honra é apenas para repor um bocado a verdade. Ainda bem que há elevação, oxalá continue a elevação, mas então não atribuam adjetivos aos outros membros das bancadas e respeitem este executivo que legitimamente foi eleito para governar. Podem por e obviamente, eu volto a dizer, a legalidade ou tentativa de repor a legalidade através de ações judiciais, claro que é aceitável e faz parte, mas tentem também trazer soluções políticas e não só desestabilização deste executivo. Nesta última parte até acabei por fazer a defesa da honra, foi quando eu disse que se referiram a mim na perspetiva de eu ter sido o único que falei na última Assembleia que falei alto. Portanto, volto a dizer, não falei alto no sentido de ofender, achincalhar ou assentar ninguém, foi no sentido mesmo de que eu falo alto e na última Assembleia o microfone não se ouvia bem.” -----

Helena Simões: “Caro deputado e colega, senhor Luís Rodrigues, se bem se recorda, a minha intervenção na última Assembleia não foi nem adjetivar, nem questionar a natureza política do Chega. Foi apenas e, só recordá-lo que, a alusão que fez à composição familiar de o último mandato, foi recordar que, havia um parecer nesse sentido, que foi emanado por um órgão de fiscalização próprio e que as três pessoas que tentou colar e referir e de alguma forma colocar um rótulo e instrumentalizar



ou adjetivar, como você ainda há bocado referiu, tinham sido eleitas por sufrágio universal e direto. Por isso, há que, chamar os bois pelos nomes e não misturar as coisas. Em relação à questão do senhor Lucas, olhe, agradeço o elogio. Sabe porquê? Se eu instrumentalizei o Lucas, que é uma mente brilhante, eu só lhe posso dizer e agradecer que me sinto lisonjeada. Terceiro, não preciso instrumentalizar ninguém. Eu tenho emanado vários expedientes de fiscalização. Quanto à questão da judicialização, como referiu, eu não tenho judicializado nada. Eu tenho enviado a documentação para os órgãos competentes, IGF, DGAL, Tribunal de Contas e Ministério Público. Quem não deve, não teme. Se estão incomodados com a minha postura e com a minha posição, é um problema que é vosso. É a minha função. Agora, eu nunca adjetivei nada, nem ninguém, senhor Luís.” -----

Domingos Coelho: “Eu não quero alimentar este “tu cá, tu lá”, digamos assim, mas já agora, só para relembrar que o senhor Luís Rodrigues, acusou-me de eu lhe chamar populista, não fui eu, não sou eu que, eu diria em quase todos os fóruns de discussão política, atribui o carácter populista ao Chega. Eu pergunto aqui, a alguém, se pela primeira vez ouviu chamar populista ao Chega aqui? Portanto, são sociólogos, são politólogos, quem trata de ciência política que passou a chamar a esse partido também populista, porque o Chega tem um problema, é dos poucos partidos que não se define ideologicamente, há o Partido Social Democrata, há Partido Socialista, há o Partido Comunista, há o Bloco de Esquerda e o Chega não se define ideologicamente. Portanto, se me disserem onde é que ideologicamente se colocam, eu deixo de chamar populista, porque é, digamos, quase senso comum e passo a chamar aquilo que me disserem. Se o senhor Luís Rodrigues me disser, nós ideologicamente situamo-nos aqui e eu, daqui para a frente, passo-lhe exatamente do ponto de vista político a identificá-lo nesse campo. Parece que não há outra forma.” -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: “Muito boa noite a todos, como Presidente da Junta de Freguesia da Guia, tenho uma grande honra em sê-lo, já estou no meu último mandato, venho aqui pedir ajuda ao senhor Presidente e ao executivo que tenho lá uma situação que vai contra a corrente dos últimos meses. Nós temos no centro de saúde dois médicos de família e um deles, por incrível que pareça, vai sair aqui do nosso concelho e vai trabalhar para Loulé. Por isso peço ajuda porque temos mesmo que repor aquela situação. Não tem piada, porque é uma situação que as pessoas precisam com muita urgência, que seja alterada aquela situação.” -----

Presidente da Assembleia: “Antes de dar a palavra ao senhor Presidente, eu só gostava de esclarecer aqui o que foi dito pela senhora deputada Helena Simões, relativamente à inscrição do público, tenho que referir o assunto, tem meramente o único objetivo, é que, as pessoas venham à Assembleia e que o senhor Presidente da Câmara tenha efetivamente uma resposta a dar ao assunto dos munícipes.” ---

Presidente da Câmara: “Começar por responder à senhora deputada Ana Pífarro, agradecer as suas palavras. Estamos claramente aqui todos pelos albufeirenses e temos que respeitar os órgãos eleitos e as pessoas eleitas, os deputados, todos nós. Relativamente ao assoreamento das praias, disse-me que viu que foi anunciado que havia verbas de assoreamento para Albufeira. A informação que me foi dada pela senhora Ministra pela APA é que não havia verbas, quando me reuni com ela, há duas semanas e, eu pedi-lhe encarecidamente, explicando-lhe que das vinte e cinco praias, muitas delas foram desassoreadas e porque este era claramente o nosso cartão de visita, é a nossa marca, além de que estas praias deviam ser assoreadas, por isso e, também pela proteção de quem utiliza as praias, ou



seja, com menos areia as pessoas aproximam-se das arribas, as arribas estão mais instáveis, pode haver aqui alguma desgraça e nós queremos evitar isso a todo o custo, como aconteceu em dois mil e nove. E, disseram-me que não havia verbas, que não conseguiam lançar o procedimento a horas e o que lhes pedi é que, o último assoreamento, se não estou em erro, na Praia dos Pescadores e no Peneco, foi feito em dois mil e catorze ou dois mil e quinze ou antes e, que, havia um histórico positivo em Albufeira. Ou seja, foi feito o assoreamento e, foi analisado e, chegou-se à conclusão de que, pelo menos nestas duas praias havia um sucesso enorme a nível de assoreamento. Ou seja, colocava-se a areia e nos próximos sete, oito anos acabou por não desassorear e acabei por apelar para que, pelo menos antes do Verão, se pudessem assorear no mínimo estas duas praias. Acho que a consegui sensibilizar, mas isto não é só sensibilizar, estamos à espera de uma resposta da parte da senhora Ministra, que em conjunto com a APA, para saber se vamos conseguir assorear estas duas praias pelo mínimo. Isso é algo que ainda aguardo a resposta por parte do Ministério, porque acho que é essencial, como todos nós sabemos, que haja este assoreamento. Disseram que, neste próximo mês ia haver uma reposição de areias, que é o natural durante o mês de abril, mas nós não podemos estar à espera que seja a natureza a repor única e exclusivamente a areia. Foi-me dito aqui também sobre a falta da iluminação no Pau da Bandeira, não tinha essa informação, o senhor Vice-Presidente já apontou, vai tratar. Relativamente à venda ilegal do Pau da Bandeira, fui alertado duas vezes, avisei a Polícia Municipal e no momento foram lá e, já estavam com comunicações prévias para vender. Ou seja, já fazem de tudo para vender ilegalmente. As pinturas das fachadas, não tinha a informação, agradeço a informação das senhoras duas deputadas, vamos avaliar essa situação porque há que manter a traça histórica, não é só falar, é fazer. Relativamente ao senhor deputado Domingos Coelho, da auditoria, eu vou lhe responder por escrito, na próxima semana terá a resposta. Eu pensava que já tinha recebido sinceramente, porque hoje até perguntei aos serviços, mas como houve esta sessão extraordinária, isto acabou por ser mais rápido relativamente a isso. Entretanto, falou aqui das questões de Presidentes da Junta, nós somos todos seres entusiastas, acho que não houve aqui falta de respeito a ninguém, tive a rever os vídeos, houve aqui realmente sangue quente a ferver nas veias, só não se sente que não é filho de boa gente. Mas isso é um caso que está claramente e amplamente ultrapassado, já falamos sobre isso. As comportas, não tenho conhecimento se estão ou não estão a funcionar, iremos verificar as comportas dos pluviais. A central de bombagem da Praça dos Pescadores, para o nosso bem, espero que esteja a trabalhar, também é algo que temos que averiguar, está a trabalhar, penso que sim, mas vamos verificar, já que levantou aqui a questão relativamente a isso. A senhora deputada Carla Vieira fez uma questão. A senhora Carla Vieira, como representa um partido de oposição, acho que entende, naturalmente, que haja uma reorganização e uma reestruturação dos serviços. Estamos a trabalhar para melhorar os serviços, isso é claro, esse é apenas e unicamente o nosso intuito. Se me está a perguntar se está a funcionar melhor ou não, ainda não está como eu quero. Estamos nesse caminho, o caminho das pedras, como costume dizer, mas haveremos de lá chegar. Relativamente ao Presidente da Junta de Freguesia, Cláudio Marujo, dizer-lhe que concordo consigo relativamente aos médicos, sabemos que é da responsabilidade do Governo, médicos de família é da responsabilidade do Governo. Sabíamos que tínhamos com o Governo do Partido Socialista, um virgula sete milhões de pessoas sem médicos de família em Portugal. Esses números acabam por mais meio milhão ou menos meio milhão



acabam por andar por ali. Este governo disse que, iria colmatar essa situação, não conseguiu colmatar. Sabemos que, já foram apresentadas várias medidas, sabemos que não depende apenas única e exclusivamente de um fator. Sabemos que, depende muito de vários fatores, como eu já aqui tinha dito. Claro que, a autarquia deve sempre ajudar no que for possível relativamente a este caso de saúde, da falta de médicos de família e o senhor Presidente da Junta da Guia, Dinis Nascimento, falou muito bem e agradeço que tenha trazido este assunto, é realmente algo que temos, que é mau, ir um médico para Loulé, mas eu consigo-lhe explicar a si e à plateia quase o porquê dessa mudança de médico. E porque em Loulé nós temos um novo centro de saúde. Foi construído um novo centro de saúde e este novo centro de saúde com certeza é mais uma vantagem que têm perante nós, Albufeira. Além de, isso é claramente um objetivo e, a nível de habitação, se calhar também poderão ter casas de função. Não sei se a Câmara não vai facilitar nesse sentido. Nós estamos a trabalhar para criar, construir casas de função para também podermos ajudar nessa atração. Mas sabem que, nós temos esse pensamento, temos esse intuito, temos essa vontade, mas há que concretizar. Qualquer das maneiras quero agradecer, senhor Presidente, pela informação que não a tinha. Ao Presidente da Junta, Cláudio Marujo, também agradecer pela sua explanação e dizer-lhes que isto é uma luta de todos nós, é uma luta do Governo, mas quando o governo não consegue, nós, munícipes e executivo, temos que tentar arranjar as melhores soluções, O senhor deputado Henrique Coelho, também agradecer pela sua perspetiva e pelas excelentes reflexões profundas que faz, que são reflexões completas. Estamos a avaliar a situação da pesca lúdica. É uma batata quente que nos veio parar à mão e temos que ver como é que vamos resolver essa situação. Também sabemos que, houve outras prioridades, do anterior executivo, prioridades de festas e eventos onde foram gastos os sete milhões e meio, nós não iremos enveredar por esse assunto, iremos fazer alguns eventos, mas queremos gastar muito menos. Queria chegar ao final de dois mil e vinte e seis e ter gasto ou ter investido cerca de metade desse valor, a ver vamos, no final é que se fazem as contas. A senhora deputada Helena Palhota, tive a oportunidade de escrever para não me falhar aqui as palavras e para não haver aqui mal entendimentos e, sem prejuízo das considerações que pretende proferir, tenho de lhe dizer, permita-me notar aqui um certo desconforto na sua pessoa em relação à pendência de um processo criminal que foi movido justamente para punir, não a fiscalização e o escrutínio, mas, quando este se torna resguardo, resguardo para acusações gratuitas e levianas. E, foi isso que sucedeu, e foi para isso que existe um inquérito. Um inquérito é um inquérito. E note que, sem prejuízo da separação que bem referencia, aproveitou a figura da defesa da honra para apresentar quase como uma defesa no inquérito crime. Noto também que, pendente contra si, em que é investigada pelo crime de difamação agravada, como advogada, deve saber que a lei assume critérios de responsabilidade e o Direito Penal existe para punir quando essas barreiras são ultrapassadas. Na nossa perspetiva, na minha perspetiva, ultrapassou-as diversas vezes. Por isso, cabe agora aos tribunais aferir a sua conduta. E, quem não deve, não teme senhora deputada, e quem não teme não aproveita as funções de deputada para intentos de natureza pessoal. E foi isso que fez. E, sim, na minha perspetiva, é lamentável. Relativamente ao senhor deputado Jaime Campos, da Iniciativa Liberal, seja bem-vindo a esta Casa. Agradeço-lhe os contributos, concordo consigo. Não posso deixar de concordar quando diz que realmente tem que haver uma requalificação do Mercado dos Calços. É um mercado que já tem muitos anos, é um mercado que precisa de uma



cobertura. Falou na tal Loja do Cidadão, poderia ser um projeto âncora, teoricamente é uma grande solução, mas estruturalmente não sei se aquele mercado estará, eu já lá estive como engenheiro civil que sou, já visitei o espaço estruturalmente, não sei se é possível colocarmos essa estrutura. Uma estrutura que esteja preparada para receber uma Loja do Cidadão. Mas entendo, o projeto âncora para atrair claramente, é claramente um caminho para o sucesso daquele mercado. Nós iremos ver a nossa parte, tem que haver dinheiro, tem que haver cabimentação para isso, mas nós queremos fazer algo no Mercado dos Calços. Quando digo algo é a situação do peixe, que já recebemos várias queixas relativamente a isso, a água entra por aquelas entradas superiores e também da parte da própria cobertura, se será fixa, com painéis solares ou não, ou será uma tela, não saberemos, vamos ver qual é a melhor solução a nível financeiro e a nível de custo benefício para ver o que é que será possível. Mas durante este ano, será muito difícil, digo-lhe sinceramente. Relativamente à senhora deputada Margarida Guilherme, agradecer a sua reflexão sobre a boa conduta nesta casa, claramente acho que estamos todos aqui de boa-fé, no fim do dia estamos todos aqui pelo mesmo, para representar e defender quem nos elegeu. Relativamente à parte da educação, é a área da senhora Vereadora, que lhe irá dar algumas notas sobre isso. Também agradecer à senhora deputada Maria José Leote, pelas suas intervenções sempre bastante ponderadas e as suas palavras e informação fidedigna e certa sobre a cor, onde a fachada foi alterada, aqui um senhor deputado também já me enviou a localização, vamos ver o que é que a lei prevê e, o que é que é possível fazer. O senhor deputado Luís Rodrigues eu entendo que, tem sempre as suas intervenções, que são genuínas, é o coração que está perto da boca e às vezes, que não sente não é filho de boa gente e, temos que, estar aqui uns para os outros e perceber que cada um tem a sua maneira de ser, tem o seu estilo de atuação, de fazer política. E, por isso dizer-lhe, muito bem, disse aquilo que pretendia dizer, não vou avaliar as palavras nem o conteúdo. E relativamente ao Presidente da Junta da Guia, também já lhe respondi, agradecendo pela informação infeliz, que é algo que nós temos que combater. Não é só a Guia, também aqui no centro de saúde de Albufeira que estamos a perder médicos e mesmo nós estado dispostos a pagar a diferença, mesmo assim estamos na dificuldade e depois a senhora Vereadora também pode complementar esse assunto, porque tem estado nessa senda e nesse trabalho.” -----

Vereadora Cristina Corado: “Relativamente à questão da educação, é uma situação que nos aflige neste momento a todos. É uma situação que tem acontecido ao longo dos anos, não é de hoje. É recorrente esta preocupação de todos os albufeirenses, é também transversal a todos os agrupamentos. Sei que têm pedido pessoal, principalmente operacionais, para todas as escolas. Estamos, relativamente aos concursos, a abrir concursos para que essas pessoas possam vir trabalhar connosco, mas também temos que ter em conta os tais rácios de que vos falei. Posso acrescentar que o número de baixas é efetivamente preocupante, cada vez mais. Também temos que perceber o motivo, porque realmente as percentagens de baixas são muito elevadas e estamos a trabalhar efetivamente nesse sentido, porque as crianças precisam de ter outro acompanhamento e as escolas devem ser um local de segurança e temos que garantir isso mesmo. Relativamente aos médicos, temos conhecimento de que já saíram médicos aqui de Albufeira para ir para outros concelhos pelas condições que têm, estamos a tentar arranjar uma forma, apesar de não ser da nossa competência de compensar os médicos de alguns subsídios que recebiam e que deixaram de receber e que os leva também a mudar por uma



questão de condições para outras freguesias e para outros municípios. É uma questão que está a ser vista, mas devo realçar que efetivamente a competência para o pagamento dos médicos e da contratação dos médicos não cabe aos municípios, mas sim ao Governo central.” -----

Domingos Coelho: “Queria agradecer ao senhor Presidente os elogios que deu à Câmara de Loulé PS há muitos anos. Muito obrigado.” -----

Helena Simões: “É defesa da honra, obviamente, sobre o acréscimo. Agora já não é só difamação, é a difamação agravada. Mas, seja como for, tenho dois minutos ainda. Bom, difamação agravada, os mesmos factos, ambos os processos foram apensos e foram relativamente à intervenção face aos juízos valor étnicos nesta Assembleia, ou seja, neste caso, não só mantém aquilo que disse, como ainda agrava. A sua denúncia ou a denúncia do Presidente da Câmara, foi apensa à minha, ambos estão neste momento em Évora. E, mais informo que, solicitei a minha constituição como arguida.”-----

Presidente da Assembleia: “Senhora deputada, está mais uma vez a usar a palavra para sua defesa da honra.” -----

Helena Simões: “Não, não estou a fazer defesa da honra. Estou a intervir dentro do tempo que tenho. Nunca fiz considerações pessoais, já consultei o processo e o expediente que o acompanha. Eu, se calhar aqui adiro a uma intervenção de um munícipe, que ainda há pouco disse e referiu, e parafraseando o mesmo, porque as palavras não são minhas, as palavras não são minhas, que se calhar está juridicamente mal assessorado.” -----

Presidente da Câmara: “Quanto aos mecanismos de denúncia, os mesmos existem e estão em conformidade com a legislação vigente. Quanto aos demais, se tiver alguma dúvida, pode redigir por escrito, como já é do seu apanágio.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Segundo-Secretário para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia: “Relativamente à leitura da correspondência, tenho aqui três requerimentos da deputada Helena Simões. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata). Relativamente a dois requerimentos apresentados pela Deputada Helena Simões, do qual a Mesa indeferiu e a senhora deputada pediu recurso ao plenário. A Mesa reuniu e entendeu que os mesmos devem seguir para ofício para a Câmara. Por isso, pergunto-lhe se prescinde então do recurso para o plenário.” -----

Uma vez chegada as vinte e duas horas e trinta minutos a Presidente da Assembleia colocou a votação a continuação dos trabalhos, que foi aprovado por maioria. -----

Presidente da Assembleia: “Só para que fique claro, a senhora deputada deu entrada de dois requerimentos, foram indeferidos pela Mesa, apresentou resposta. Acabei de lhe dizer que a Mesa reuniu e vai dar avanço aos requerimentos para ofício da Câmara. Por isso vou-lhe perguntar com que fundamento é que vai usar o recurso?” -----

Helena Simões: “Eu não vou usar. A presidente é que me mandou vir aqui. Atendendo a que remeteu para o executivo, eu prescindo do recurso até decisão, foi aquilo que eu referi.” -----



Presidente da Assembleia: “Eu sei, senhora deputada. É porque, eu sabia que, eram dez e meia, tinha que fazer a votação e acabei por não refletir melhor sobre o assunto. Portanto, seguem então os requerimentos para o ofício da Câmara senhora deputada.” -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Tomada de conhecimento do **sistema de Controle Interno – Alteração à constituição dos fundos fixos**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “Em relação à distribuição destes fundos, causa-me alguma estranheza e o senhor Presidente explicará, a secretária do Presidente, tem mil e duzentos euros de fundo, num total de quatro mil e quatrocentos para todos os da Câmara, ou seja, para todos os outros serviços. E depois, na discriminação tem cem euros de combustível por mês e mais a representação dos serviços quinhentos. Ou seja, isto totaliza mil e duzentos, em quatro mil e quatrocentos no total geral. Portanto, o porquê esta concentração, eu diria quase cinquenta por cento ou quarenta por cento e uma explicação para os cem euros de combustível.” -----

Presidente da Câmara: “Eu gostava de saber responder, mas vou responder por escrito porque agora não lhe sei responder. Peço desculpa, não sei.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----

A Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos dois e três e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **1.ª Revisão – Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2026-2030**; -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **1.ª Revisão – Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2026-2030**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho leu documento. (Doc. n.º 4 anexo a esta ata) -----

Helena Simões: “De alguma forma, aderindo à análise um bocado mais profunda que o deputado Domingos Coelho, que me antecedeu fez, mas como eu, ao invés de números em absoluto, gosto mais de percentagens, vou referir algumas. PPI, funções sociais, habitação reforço um ponto zero um por cento, quando ainda há bocado referiu, em resposta ao senhor Lucas, que não era só o centro de saúde que era importante, era importante habitação e também referiu o exemplo de Loulé, bom com um reforço de um por cento, não parece que vamos lá. AMR, ação de maior relevância, aquisição de serviços jurídicos e consultadoria, um aumento de setenta e quatro por cento. Fornecimento contínuo de gráfica e impressão de material informativo e promocional, um aumento de quatrocentos por cento. Fornecimento contínuo de brindes promocionais e artigos têxteis, um aumento de cento e dois por cento. Despesas com pessoal, eu acho que, o senhor Domingos Coelho, já cobriu, mas há rubricas



dentro das rubricas de pessoal em funções, por exemplo, que chega aos oitenta e dois ponto oitenta e nove por cento. Depois, representação, prémios, condecorações e ofertas, aumento reforço de verba oitenta e sete ponto cinquenta por cento. Representação dos serviços duzentos por cento. Deslocação e estadas cento e oitenta e um ponto oitenta e dois por cento. Outras dois mil duzentos e oitenta e sete ponto vinte e nove por cento por cento, não é valor absoluto. Publicidade DPGU um aumento de noventa e seis ponto quinze por cento. Outros serviços de DPEEM um aumento de trinta e dois ponto setenta e três. Publicidade DCRPRI, eu sei que são as siglas dos departamentos, eu não me recordo delas, um aumento de cinquenta e seis por cento. Bom, nas funções sociais já disse o que foi dito, de alguma forma vem aqui complementar a intervenção do deputado Domingos Coelho, que fez a alusão às bancadas não terem sido auscultadas. E, eu vou deixar uma declaração para a ata e, que vou deixar à Mesa e que, recordo que, na Assembleia Municipal de trinta de dezembro, conforme consta da ata na página trinta, foi afirmado pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal que seria assegurada uma reunião com todos os deputados municipais com vista a permitir a respetiva apreciação e pronúncia relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, que é o que nós estamos a rever neste momento. Tal referência foi apresentada como forma de reforçar o esclarecimento e a participação de todos os membros desta Assembleia relativamente a matérias estruturantes para a gestão do Município. Contudo, a dita reunião não ocorreu. Não se veio a realizar. Logo, não foi proporcionado qualquer momento de esclarecimento. E considerando que os instrumentos em apreciação o Orçamento, Plano Orçamento Plurianual, Grandes Opções do Plano, constituem documentos estruturantes da gestão municipal, o exercício de um voto responsável por parte dos membros desta Assembleia pressupõe condições adequadas de informação e esclarecimento. Assim, eu pessoalmente, não me considero devidamente esclarecida quanto às matérias constantes nos pontos dois ou três da ordem de trabalhos, pelo que declaro que me retiro da sala durante a respetiva votação, solicitando também que a presente declaração seja integralmente transcrita e junta a ata da presente sessão da Assembleia Municipal.” (Doc. n.º 5 anexo a esta ata) -----

Ana Pífaró: “Senhora Presidente, Senhor Presidente, demais colegas de bancadas, esta minha intervenção não é uma declaração de voto. Devo dizer que, reconheço bastante pertinência nas intervenções anteriores. Algumas questões deixam de facto aqui alguma preocupação, ficamos um bocadinho confusos, ou pelo menos eu fico um bocadinho confusa, com este aumento de despesa na parte do pessoal. Deve ser defeito de formação, ou talvez não, não sou, nem muito boa com números, nem com percentagens. Mas, se calhar sou melhor com casos práticos e, há aqui situações que me deixam preocupada, nomeadamente a redução daquilo que será o apoio ao associativismo, seja desportivo, cultural ou social. Entendo e, compreendo que, devemos ser justos, ponderados e justificar todos as verbas que são cedidas a estas instituições, mas também para quem conhece o concelho e tenho a certeza que o executivo o conhece, estes são sectores fundamentais naquilo que é o bom funcionamento da nossa sociedade, no desporto principalmente para as crianças e para os jovens, na cultura para desde os mais novos até aos mais velhos, e na área social no momento que é extremamente frágil do ponto de vista económico para quase todas as famílias, preocupa-me bastante qual é que vai ser o contributo para as IPSS, que apoiam de forma muito direta crianças, jovens e idosos. Fico também um bocadinho confusa, porque falámos todos muito em habitação, eu não consigo perceber



no orçamento se está prevista a execução de alguma obra concreta, no âmbito habitacional. Vou já antecipar, dizendo que sei que nos últimos quatro anos também não houve grande avanço, mas é altura de haver e, penso que, depois dos fogos que foram atribuídos no início do mandato passado, deve de haver um investimento forte naquilo que é a habitação, porque ela vai ser a chave para a resolução da maior parte dos problemas do concelho, falta de professores, falta de médicos, falta de enfermeiros, falta de mão de obra qualificada. Eu sei que isto é um problema que não é só de Albufeira, não é só de Portugal. Nunca houve investimento público na área da habitação, estamos a correr contra o tempo, mas é preciso que todos possamos refletir sobre isso e tomar medidas, medidas urgentes. Devo também dizer que, talvez se tivéssemos a possibilidade de discutir previamente estas questões, mesmo que o executivo depois não as transportasse para o Orçamento, mas poderia ser benéfico pela experiência da maior parte dos membros que estão nesta Assembleia, eu vejo e corrija-me se estiver errada, vejo com pena que, continua a não haver uma aposta naquilo que era o Orçamento Participativo, que dinamiza muito, pelo menos há uns anos atrás, a participação das pessoas naquilo que gostavam de ver efetivado no concelho. Era uma forma de atrair pessoas para participarem de forma mais ativa, porque nas redes sociais resolvem-se pouco os problemas e, deixo aqui o desafio, até porque os orçamentos não são estáticos, podem ser alterados. E, deixo aqui o desafio, que se volte a introduzir uma verba para um orçamento participativo. Há obras que, se não me engano, ainda ficaram por concluir nessa parte.” -----

Presidente da Câmara: “Como eu vos tinha dito no início, nós tomamos posse dia quatro de novembro. Eu na altura expliquei que o orçamento não era o nosso orçamento, não era aquilo que era o expectável, tivemos muito pouco tempo para fazer o orçamento. Chamei-vos para essa discussão, para que esses contributos fossem dados na altura. Num primeiro ano de mandato que vai ser este ano dois mil e vinte e seis, sabem que vai haver muitas alterações orçamentais, vai haver várias, porque iremos sempre ajustar conforme as nossas necessidades, é o nosso primeiro ano. E, isso é normal acontecer, não só nesta Câmara, acontece quando os executivos são novos e é uma mudança de cor partidária, porque cada um tem as suas bandeiras. Agora, entendam uma coisa, esta alteração orçamental é para um bem maior. É para a bandeira pela qual eu mais relevei da campanha, é para a saúde dos albufeirenses, que é a construção do novo centro de saúde e, para poder cabimentar esses sete milhões, e, para ser construído o centro de saúde durante este ano e, para que as coisas realmente aconteçam, teve que haver aqui uma alocação de fundos e por isso é que nós, com esta celeridade e com esta pressa toda, fizemos esta alocação para que, de uma vez por todas, os albufeirenses venham a ter o centro de saúde que tanto precisam e, de que tanto necessitam. Tinha prometido que ia haver uma apresentação desta alteração orçamental, não houve porque acabei de vos dizer que estamos a correr contra o tempo para a construção do Centro de Saúde. Na próxima alteração, que será para breve, podem ter a certeza, podem apontar aí que vocês estarão todos englobados, serão todos chamados a dar o vosso contributo. Como sabem, este município não tem um poderio financeiro para que eu possa investir sete milhões no centro de saúde, mais quatro ou cinco milhões na habitação, que é a minha segunda bandeira, durante este ano, isto para fazermos uma coisa vamos ter que travar a habitação, para começar no próximo ano. Para o próximo ano já estará cabimentado, porque é assim que se faz, é uma ginástica financeira. Se eu tivesse dinheiro, eu apostaria já no centro de saúde, apostaria já na



construção de centenas de habitações e, apostaria também na parte social, cultural e tudo mais. Essa é que é a realidade. Estamos a fazer de tudo, de tudo, para que se consiga cumprir a nossa primeira promessa, Centro de Saúde. Não esqueceremos as outras bandeiras. Agora, têm que entender que, tem de haver ginástica, se os recursos financeiros fossem infundáveis, acreditem que eu não teria que escolher. E, depois falaram aqui muito bem da parte social, na parte associativismo e clubes. Nós temos uma despesa, sem contar com os alugueres de oito milhões e trezentos mil, se não estou em erro, com associações e clubes. Vamos ter de reduzir, porque se não for reduzido, meus caros, eu tenho duas opções, tenho dois caminhos, ou eu continuo a fazer o caminho mais cómodo ou eu continuo a fazer tudo como se fazia e, tudo continua igual e, eu encosto-me aqui à cadeira e, não me esforço muito. Ou eu faço diferente, e fazer diferente é fazer obra. E, para fazer obra tem de haver dinheiro. E para haver dinheiro, tem que haver reajustes. Claro que não quero meter em causa as IPSS e coisas realmente sociais que fazem a diferença. Agora, estamos a trabalhar no regulamento para associativismo para clubes, para que haja uma verdadeira triagem para que não sejam prejudicados quem realmente merece e, que realmente trabalha e, merece receber esses fundos. Mas entendam também a minha parte, eu estou aqui para fazer diferente. Por isso eu tenho que fazer diferente. Eu não posso continuar a distribuir dinheiro como se os fundos fossem infundáveis, porque não são, infelizmente. Pode não estar agora aqui a habitação, mas estará à frente. Estará cabimentado quando eu puder. O maior interessado em fazer obra são os albufeirenses, depois sou eu, que quero fazer um bom trabalho. Não tenham dúvidas sobre isso. E, é por isso, foi tudo contra o tempo, e é por um bem maior. Quero fazer aquele centro de saúde que está programado para fazer ali em baixo, o quanto antes. Já chega de adiamentos.” -----

Carla Vieira: “Senhor Presidente, a bancada da coligação Albufeira é TUA, ouviu com muita atenção os esclarecimentos e, a boa retórica e, a boa mensagem que tentou passar. No entanto, nós consideramos, ainda assim, que é absolutamente necessária construção do centro de saúde, não há dúvida nenhuma. Mas, terá de haver equilíbrio, e que equilíbrio é que nós entendemos? Tem de haver equilíbrio, não sacrificando nem habitação, nem o associativismo. E, se tivessem convocado os líderes de bancada, ou todos os deputados que seria ainda melhor, para esclarecer esta situação, não ficaríamos tão confusos, porque efetivamente, também foi aqui dito que, há um aumento exponencial de publicidade, de promoção, que provavelmente também entendemos que não deveria ter acrescido esse valor. Portanto, o que nós entendemos ainda é outra coisa, Senhor Presidente, isto não é uma questão de necessidade, é uma questão de equilíbrio e é uma questão de política e de opção política. Efetivamente, todos nós compreendemos a sua opção e a sua bandeira. No entanto, não podemos é também aceitar que, não haja equilíbrio com outras áreas prioritárias, e volto a dizer como é a habitação, a educação e, também com o associativismo e, com o desporto e, as IPSS, todas essas situações, que são o cerne, que são o motor, são o interesse municipal de todos. Que tudo funcione em pleno e que haja aqui, volto a dizer, um equilíbrio.” -----

Presidente da Câmara: “Se a senhora deputada acha que é uma boa mensagem, porque realmente eu acredito naquilo que estou a dizer, eu não estou a sacrificar nada. Eu não estou a sacrificar, tem que se fazer habitação, não haja dúvidas sobre isso. Só que vamos é protelar um pouco mais, alguns meses, porque vai haver várias revisões orçamentais. Agora há uma coisa que eu gostava que fosse referido,



falaram aqui em percentagens e, eu gostava que falassem em valores. Estamos a falar o quê? De cem euros? Mil euros? Porque estão a falar de percentagens, isso é muito bonito, mas estamos a falar de que valores? É que eu tenho a informação que nós não temos nada desses gastos extraordinários como aqui estão a ser apresentados. Apresentem números, porque eu não estou a entender, porque mesmo aqui, com a informação que eu tenho técnica, estamos a falar de que valores? Se nós não temos apostado em nada a nível de publicidade, temos estado a reduzir tudo, não estou a entender de onde é que vêm esses valores. Só se isto tem alguma coisa a ver com Cidade Europeia do Desporto, que eu sou obrigado a fazê-la e, já estou a cortar, ando a cortar, a cortar, a cortar cada vez mais na Cidade Europeia do Desporto, que é um sorvedouro de dinheiro. Claro que faz falta, porque assumimos o compromisso, mas eu já estou a travar a pé juntos relativamente à Cidade Europeia do Desporto. Agora, esses aumentos de duzentos, trezentos por cento, vamos lá falar de valores, porque eu tenho indicações que a gente está a reduzir. Eu tenho estado a cortar relativamente a esse tipo de promoções. Quem ouve isso lá em casa pensa que estamos a gastar milhares de euros e não é nada disso, nem de perto nem de longe. Provem-me em números, é o que eu estou aqui à espera que me mostrem em números.” -----

Helena Simões: “Senhor e senhora Presidente, eu teria falado em números, em percentagens, da forma como quisesse se, tivesse havido a dita reunião, conforme foi prometido. Mas, se me pede números em concreto, eu vou lhe dar o número do reforço. Não lhe vou dar o número total cabimentado, com a dotação inicial acrescida da dotação modificada. Habitação no PPI, funções sociais, acréscimo de cem mil euros, aquisição de serviços jurídico e consultadoria, acréscimo de cento e doze mil e oitenta. Fornecimento gráfico e impressão, material informativo e promocional reforço quarenta mil. Fornecimento de brindes promocionais e artigos têxteis para oferta, reforço valor cinquenta mil, despesas com pessoal no seu total onze milhões quatrocentos e trinta e seis. Eu estou aqui a tentar ajudar, a colaborar na solução e só por aí. Onze milhões quatrocentos e trinta, de reforço pessoal em funções, sete milhões trezentos e vinte e um novecentos e oitenta. Pessoal em qualquer outra situação duzentos e vinte e seis oitocentos e sessenta, subsídio de refeição quatrocentos e dez, subsídio de férias e Natal, quer que eu continue Presidente? Ou, se quiser, eu envio-lhe a folha de Excel. Agora digo e repito, por exemplo, outras tem um reforço de onze mil quatrocentos e trinta e seis quatrocentos e cinquenta e seis, que são os ditos dois mil duzentos e oitenta e sete por cento de reforço. Mas dito isto, e porque eu não vou obstaculizar a decisão, porque não me sinto informada e esclarecida para tomar a decisão, vou sair da sala.” -----

Domingos Coelho: “Obviamente, todos estamos de acordo com o investimento no centro de saúde, sete milhões, a transição de saldo é de cinquenta e oito milhões consignados um virgula cinco. Ou seja, tem para gastar, diríamos assim, quarenta e sete milhões de transmissão de saldo. É o que está lá, quarenta e sete estão consignados um virgula cinco. Portanto, desses quarenta e sete milhões está a alocar sete milhões para o centro de saúde, completamente de acordo. Mas os números que eu apresentei, há uma baixa de investimento, há um agravamento das despesas gerais. Os números que eu apresentei são números que estão aí, são números copiados dos documentos. Por exemplo, para despesas com pessoal, mais nove milhões. Pode-me dizer que houve um aumento salarial, mas mil e quinhentos funcionários a setenta euros de aumento, dá qualquer coisa como um milhão e meio, agora



estão lá nove milhões. Nós concordamos com o investimento aqui é uma questão de opção. Eu também reconheço que está a chegar agora e, que com certeza irá fazer o seu melhor, como qualquer, agora também tem de ouvir a nossa parte. E, a nossa parte é, nós apostaríamos mais no investimento, menos nos gastos gerais. E, claro que uma prioridade e estamos completamente de acordo, o centro de saúde e depois a habitação. E, a habitação, também concorda comigo, há mais cento e cinco mil euros, para além daquilo que já estava alocado. Portanto, tendo em conta esta transição de saldo, e alocar só mais cento e cinco mil euros na habitação, parece-nos pouco. Portanto, dirá que, tem despesas da Cidade Europeia do Desporto, claro, mas aí também é uma questão de opção. Ou seja, nós fazemos uma crítica geral, que é há menos investimento do que a revisão orçamental de há um ano, do outro executivo e, eu não defendo os executivos nem os orçamentos do PSD porque votei globalmente contra, agora penso é que se podia dar aqui uma nota maior em relação à habitação particularmente”.

Presidente da Câmara: “A indicação que eu tenho aqui é que os reforços, os valores que foram lidos ali há pouco, pela senhora deputada Helena Palhota são muito inferiores às despesas registadas nas mesmas rubricas no anterior mandato. A indicação que eu tenho aqui relativamente a isso. Relativamente àquilo que disse da habitação, eu concordo consigo, eu gostava de ter cinco milhões para habitação, mas agora o dinheiro que eu tenho é para o centro de saúde. É uma coisa de cada vez, se eu conseguir concretizar o centro de saúde já é um grande feito e a seguir vamos batalhar para a habitação. Vamos é fazer, vamos concretizar, vamos dar fogo à peça, como se diz no Algarve. E, é isso que nós queremos fazer, estamos aqui a tentar de tudo para podermos seguir em frente, e se me perguntar não tem aí milhões também para educação? Eu gostava de ter, claro que eu quero, são bandeiras, é a habitação, é a saúde, a educação, a cultura deixa de ser, mobilidade. Tentamos fazer o nosso melhor todos os dias. Relativamente à habitação, não se esqueçam de uma coisa, a habitação não surge só, única e exclusivamente com investimento do município. Há outras formas de o fazer. Custos controlados, PPP’s, está tudo a ser avaliado. Estar lá os cento e tal mil euros, não é sinónimo que vamos fazer habitação este ano. A ver vamos. Eu acredito que nós iremos também avançar, dar sérios passos relativamente a isso. Falta aqui o senhor deputado da IL, que claramente concordaria sempre com esta opção, porque a habitação não é única e, exclusivamente termos o município a injetar os milhões e mais milhões, há outras formas de dar habitação às pessoas, que estão a ser utilizadas na grande parte dos municípios mais desenvolvidos em Portugal.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação. -----

VOTAÇÃO PONTO DOIS: -----

Votos contra: quatro (04) Carla Vieira, Domingos Coelho, Maria José Leote e Otelio Cabrita. -----

Abstenções: cinco (05) Ana Pífaro, Luis Afonso, Flávia Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: uma (01) Helena Simões. -----

Votos a favor: quinze (15), Luna Silva, Desidério Silva, António Maia, Jorge Loureiro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Henrique Coelho, Maria Isabel Rodrigues, Nuno Cabrita, Jaime Campos, Hugo Aires, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----



Presidente da Câmara: “Senhora Presidente, sem prejuízo do requerimento apresentado pela senhora deputada Helena Simões, sobre a saída da sala, requeiro que seja enviada a ata ao MP, ao Ministério Público, para averiguação da justificação ou não do mesmo, ao abrigo do princípio da separação de poderes.” -----

VOTAÇÃO PONTO TRÊS: -----

Votos contra: quatro (04) Carla Vieira, Domingos Coelho, Maria José Leote e Oteló Cabrita. -----

Abstencões: cinco (05) Ana Pífaró, Luis Afonso, Flávia Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: uma (01) Helena Simões. -----

Votos a favor: quinze (15), Luna Silva, Desidério Silva, António Maia, Jorge Loureiro, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Henrique Coelho, Maria Isabel Rodrigues, Nuno Cabrita, Jaime Campos, Hugo Aires, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Helena Simões entregou requerimento à Mesa. (Doc. n.º 6 anexo a esta ata) -----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento das declarações de compromissos plurianuais e de pagamentos e recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2025; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Ana Pífaró: “Relativamente a este ponto, venho apenas chamar a atenção para duas situações. Primeiro que me levanta algumas dúvidas, isto é algo que já vem de trás, mas que me levanta algumas dúvidas, sobre a divulgação da lista de nomes relativamente à proteção de dados. Mas chamo principalmente a atenção para algo que precisa de ser resolvido e, que já se arrasta há alguns anos. Isto porquê? Porque nesta lista constam nomes de pessoas que não têm qualquer dívida ao município, e vou dar um exemplo concreto. Relativamente às rendas que são pagas ao município, quer seja da habitação, quer seja de comércio, as mesmas são pagas por transferência bancária. E, se o município não enviar um email ou não vier ao serviço entregar comprovativo de que fez a transferência bancária, os serviços não conseguem cruzar os dados, o que faz com que apareça na lista de devedores. E, isto é muito aborrecido, para não dizer outra coisa, para as pessoas que têm as suas contas em dia e que aparecem numa lista de devedores. Eu sugeria, como já sugeri no passado, que se tentasse aplicar para o pagamento das rendas o mesmo processo que se faz para o pagamento das águas, ou seja, a entidade, referência e quantia, para evitar, porque, por exemplo, na habitação social, muitos municípios são idosos, não têm capacidade de ir pagar e, depois ainda ir mandar um email para os serviços. E, isso é muito desconfortável para as pessoas, porque os expõe a uma lista de devedores quando não têm dívida.” -----

Carla Vieira: “É um pedido de esclarecimento ao senhor Presidente, nos mapas constam naturalmente os valores por receber e verificamos que existem muitos valores em dívidas, valores até preocupantes, em particular do consumo de água, cerca de quatro milhões e setecentos mil euros e destacamos, entre outros devedores, empresas e curiosamente, empresas que prestam serviços ao município e, que o município lhes paga para eles prestarem serviços e, não há aqui a contrapartida, estão a perceber o que eu estou a dizer? No entanto, à exceção desta situação, questionamos diretamente o senhor Presidente



que diligências é que o executivo está a levar a cabo, o que é que estão a fazer para recuperar os valores que ainda são recuperáveis? Porque da listagem também constam muitos valores e anos já prescritos.” -----

Presidente da Câmara: “Agradecer à senhora deputada Ana Pifaro, pelo esclarecimento e pelo alerta da situação. Iremos ver com os serviços uma maneira melhor de poder resolver essa situação, ou arranjar outra forma de pagamento para que não sejam os munícipes a terem que vir trazer cá uma prova que pagaram e depois irem parar às listas de devedores. Relativamente à senhora deputada Carla Vieira, sim, há aqui várias dívidas bastante elevadas. Estamos em cima do acontecimento, os serviços estão a envidar esforços para que sejam pagos esses valores dentro daquilo que é expectável.” -----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:45 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 20 de março de 2026 -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



		Requerimento de Registo Automóvel			
Conservatória do Registo de _____					
(A preencher pelos serviços competentes)					
Apr. n.º _____ Data ____ - ____ - ____		Remetido pela Conservatória de _____			
Emolumentos: Art.º 25.º n.º _____ RERN Valor: _____ €		<input type="checkbox"/> Emolumento pessoal		<input type="checkbox"/> Emolumento agravado	
<input type="checkbox"/> Isenção					
Despacho: _____					
1 - Veículo					
Matrícula <u>60-05-26</u>		Marca <u>International</u>		Quota parte _____	
Quadro n.º <u>1A6KKA1M0AFA36K56</u>					
2 - Acto(s) de registo requerido(s) - (Indicar)					
<input type="checkbox"/> Registo inicial de propriedade					
<input type="checkbox"/> Declaração para registo de propriedade (Contrato verbal de compra e venda)				<input type="checkbox"/> Rent-a - car : _____	
<input type="checkbox"/> Reserva de propriedade		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Quantia _____ € Clausula penal _____	
<input type="checkbox"/> Outras causas de aquisição de propriedade (contrato escrito, sucessão por morte, venda judicial)					
Indicar: _____					
<input type="checkbox"/> Locação Financeira - Data de inicio: ____ - ____ - ____		Data de fim: ____ - ____ - ____		Quantia: _____ €	
<input type="checkbox"/> Hipoteca		<input type="checkbox"/> Penhora		<input type="checkbox"/> Arresto	
				Quantia: _____ €	
				Tribunal: _____	
<input type="checkbox"/> Conversão de arresto em penhora		<input type="checkbox"/> Conversão de registo		N.º de ordem: _____	
				Data: ____ - ____ - ____	
<input type="checkbox"/> Apreensão		<input type="checkbox"/> Acção		Data ____ - ____ - ____ Tribunal: _____	
<input type="checkbox"/> Usufruto		<input type="checkbox"/> Outro - Indicar: _____			
<input type="checkbox"/> Extinção de registo - Qual _____		N.º de ordem: _____		Data: ____ - ____ - ____	
<input type="checkbox"/> Mudança de residência ou sede		<input type="checkbox"/> Alteração de nome ou firma - Nome ou firma anterior: _____			
<input type="checkbox"/> Pedido de 2.ª via do Certificado de matrícula - <input type="checkbox"/> destruição <input type="checkbox"/> extravio.					
3 - Sujeito activo (comprador/adquirente/requerente/exequente/Locador)					
Nome/Firma/Denominação <u>Joaquim Pedro Botelho Madeira</u>					
NIF/NIPC: <u>201335639</u>		Residência/Sede <u>Residência do Ocasual Lote 2 L.P. fuso - 1 7.º Andar</u>			
		Código Postal <u>8200 - 371</u>		Localidade <u>Albufeira</u>	
<input type="checkbox"/> Menor					
N.º de identificação: <u>9177039</u>		<input checked="" type="checkbox"/> BI/CC <input type="checkbox"/> Pessoa Colectiva <input type="checkbox"/> Outro - _____			
4 - Sujeito Passivo (vendedor/transmitente/requerido/executado)					
Nome/Firma/Denominação <u>António Luís Barros Advep</u>					
NIF/NIPC: <u>183154363</u>		Residência/Sede <u>Of. S. João</u>			
		Código Postal <u>8200 - 174</u>		Localidade <u>São Bartolomeu</u>	
<input type="checkbox"/> Menor					
N.º de identificação: <u>614733</u>		<input type="checkbox"/> BI/CC <input type="checkbox"/> Pessoa Colectiva <input type="checkbox"/> Outro - _____			
Página 1 de 2 - Modelo Único					



```

=====
===
DATA CRIAÇÃO 20051016      DATA ACTUALIZAÇÃO 20060303
MATRICULA 60-05-ZG 2      DATA MATRICULA 06-12-2004  VALIDADE MAT.
MAT. ANTERIOR              DATA PRIMEIRA MAT.
MARCA INTERNATIONAL        QUADRO 1HSLCHXNDFHA36456
MODELO S1754
VARIANTE                    VERSÃO
MODELO COMERCIAL
TIPO MERCADORIAS          CATEGORIA PESADO          CILINDRADA 09020
COMBUSTIVEL GASOLEO      COR AZUL E OUTRA          N. LUGARES 002
LOTAÇÃO EM PÉ            NIVEL SONORO EST.          NIVEL SONORO RPM.
N. HOMOLOGAÇÃO CE        HOMOLOGAÇÃO 2004570032740000
PESO BR. REB. CT 008000  PESO BR. REB. ST          PESO CONJ
PESO TOTAL 012000 TARA 05500 TIPO CAIXA: ABERTA BASCULANTE  COMP.CAIXA 03
070
DISTANCIA EIXOS 3556    PMA1 05440 PMA2 10430 PMA3      PMA4      PMA5
POTENCIA EFECTIVA 123.0  POTENCIA RPM 2800    CALC. POT. EFECTIVA/TARA
EMISSIONES CO (I)      EMISSIONES PARTICULAS      CO2 COMBINADO
PNEUS FRENTE 11R22,5    PNEUS TRÁS 12R22,5      PODER ELEVAÇÃO
ANOTAÇÕES TEVE ANTES MATRICULA 40-017231 DE E.U.A. , PRIM.MATR. EM 22/02/198
5.
POSSUI GRAVADO A FRIO O N. FHA36456
    
```



+ IDENTIFICAÇÃO DAV +
NUMERO 0002667 DATA 06 12 2004 COD. ALFANDEGA 02 EST. ADUANEIRA 227
DATA CRIAÇÃO BASE DE DADOS DGRN 13 01 2005
+ CARACTERISTICAS DO VEICULO +
MATRICULA 60 05 ZG ANO 19
MARCA INTERNATIONAL MODELO S1754
TIPO MERCADORIAS CATEGORIA PESADO
N.QUADRO 1HSLCHXNDFHA36456 N.MOTOR 5484190DM2U
COMBUSTIVEL GASOLEO COR AZUL CILINDRADA 0902
IMP.FISCAIS: COD. REGIME DATA IMP
IDENTIFICAÇÃO DO(S) PROPRIETARIO(S) +
NOME ANTONIO LUIS BORGES ADREGA
RUA QTA S JO O
POSTAL 6270 174 - SANDOMIL
IDENT. CARTÃO NIF 183154363



REQUERIMENTO

Exma. Senhora

Página | 1

Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira

Nos termos e para os efeitos do disposto no Regimento da Assembleia Municipal e da legislação aplicável às autarquias locais, vem a Deputada Municipal abaixo assinada expor e requerer o seguinte:

1. O exercício de funções públicas encontra-se sujeito ao princípio da legalidade e da prossecução do interesse público, consagrado no artigo 266.º da Constituição da República Portuguesa.
2. No mesmo sentido, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014) estabelece que os trabalhadores da Administração Pública estão vinculados, entre outros, aos deveres de legalidade, zelo e lealdade, devendo atuar de forma a salvaguardar o interesse público.
3. Acresce que a Lei n.º 93/2021, que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Diretiva (UE) 2019/1937 relativa à proteção de denunciadores de infrações, veio estabelecer mecanismos destinados a assegurar a denúncia de irregularidades e a proteção de quem as comunica.
4. Neste contexto, a existência de canais institucionais de comunicação de irregularidades ou ilegalidades no seio da Administração Pública constitui um instrumento essencial de transparência e de prevenção de práticas ilícitas.

Assim, vem a signatária requerer que o Executivo Municipal informe esta Assembleia Municipal, designadamente:

- a) Se existem no Município mecanismos ou canais formais de denúncia interna de irregularidades ou ilegalidades;



b) Qual o procedimento adotado quando são reportadas tais situações;

c) Que garantias institucionais são asseguradas aos denunciantes, designadamente no que respeita à proteção contra eventuais represálias.

Página | 2

Mais requer que o presente requerimento seja **integralmente transcrito e junto à ata da presente sessão da Assembleia Municipal**, bem como remetido a todos os **Senhores Deputados Municipais**.

Requer ainda que as respostas que venham a ser prestadas pelo Executivo Municipal sejam igualmente remetidas, por escrito, a todos os **Senhores Deputados Municipais**.

Mais se requer, atendendo à relevância institucional da matéria em apreço, que o conteúdo do presente requerimento, bem como a resposta que venha a ser prestada pelo Executivo Municipal, seja dado a conhecer a todos os trabalhadores da autarquia, por forma a assegurar o conhecimento dos mecanismos existentes relativamente à comunicação de eventuais irregularidades ou ilegalidades no exercício de funções públicas.

A Deputada Municipal,
Helena Palhota Simões



REQUERIMENTO

Assunto: Solicitação de documentos e esclarecimentos ao Executivo Municipal

M/ Ref: Requerimento 7, Mandato 2025/2029

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira,

Helena Palhota Simões, Deputada Municipal, eleita pela coligação **SER ALBUFEIRA**, no exercício pleno do meu mandato e ao abrigo do disposto nos artigos 25.º, n.º 2, 35.º, n.º 1, alínea s), todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), vem requerer o seguinte:

I – Pedido

- a) Todo o expediente emanado pelos serviços (incluindo SGD's) que instruiu a tomada de deliberação tomada no Ponto 33.1 da Sessão de Câmara de 17.03.2026;

II - Fundamentação jurídica

Nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, os Deputados Municipais dispõem do direito de acompanhar e fiscalizar a atividade do Município, bem como de obter as informações e documentos necessários ao exercício do seu mandato.

O artigo 35.º, n.º 1, alínea s), estabelece ainda que compete à Câmara Municipal prestar à Assembleia Municipal todas as informações e documentos por esta solicitados.

Assim, a informação requerida é estritamente necessária ao exercício do mandato, à preparação das intervenções em sessão e ao cumprimento da função fiscalizadora.



III - Modo de disponibilização

Requer-se que os documentos solicitados sejam enviados por via eletrónica para o e-mail institucional associado ao meu mandato, e que ora se recorda, hps@hps-lawyers.pt, bem como se requer que na próxima Assembleia Municipal seja dado a conhecer o meu pedido com menção do presente requerimento em ata.

Albufeira, 19 de março de 2026

Helena
Palhota
Simoes

Assinado de forma
digital por Helena
Palhota Simoes
Dados: 2026.03.19
08:23:33 Z

A Deputada Municipal,
Helena Palhota Simões



Doc. n.º 4



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name Rita C. C.

Declaração

Relativamente aos pontos 2. e 3. da Ordem do Dia o Grupo Municipal do TUA faz a declaração que se segue.

A 1ª Revisão – Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano que ora se aprecia e delibera e que consubstancia a transição de saldo de gerência de 2025 no valor de 48 milhões e 878 mil euros, poderia ser a oportunidade para o atual executivo dar um sinal de mudança de política orçamental e, ao mesmo tempo, dar corpo financeiro às suas promessas eleitorais, o que manifestamente não acontece.

Para analisarmos as opções político-financeiras subjacentes a esta revisão orçamental devemos usar como termo de comparação a 1ª revisão orçamental de 2025.

As opções deste executivo ficam claras quando as Despesas Gerais somam 49 milhões, mais 10 milhões do que o anterior executivo inscreveu há um ano. Já nas Despesas Sociais regista-se o inverso, com uma diferença para menos



Habitação, ao valor inicialmente previsto de 5,8 milhões é agora reforçado com uns insignificantes 105 mil euros, quando o valor da transição de saldo ultrapassa os 48 milhões.

Escolas, ao valor inicialmente previsto de 5,9 milhões acrescem agora somente mais 276 mil euros.

Despesa com abastecimento de água consumível, estava previsto um valor de 1 milhão de euros, agora reforçado com 6,5 milhões, portanto uma clara suborçamentação e uma pura engenharia orçamental.

Aquisição de serviços de produção de espetáculos, com um valor inicial de 480 mil euros sobe agora para 1,5 milhões.

De registar a baixíssima despesa prevista para a área cultural. Não há um único projeto estruturante neste setor. Projetos como o Museu do Barrocal ou a requalificação do espaço da antiga Igreja Matriz saíram das previsões orçamentais e das Grandes Opções do Plano.

Recordar ainda, que ao longo deste processo não houve qualquer diálogo com o grupo municipal do TUA e julgamos que também não terá havido com as outras forças políticas.

Albufeira, 20 de Março de 2026

O Grupo Municipal do TUA (Todos Unidos por Albufeira)

**Declaração para a Ata****Saída da sala – Pontos 2 e 3 da Ordem de Trabalhos**

Senhora Presidente da Assembleia Municipal,

Página |

Relativamente aos **pontos 2 e 3 da Ordem de Trabalhos**, respeitantes à **1.ª Revisão – Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2026-2030** e à **1.ª Revisão – Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2026-2030**, cumpro-me declarar o seguinte:

Na **sessão da Assembleia Municipal de 30 de dezembro**, conforme consta da **ata, página 39**, foi afirmado pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal que seria assegurada **uma reunião com todos os deputados municipais**, com vista a permitir a respetiva apreciação e pronúncia relativamente ao **Orçamento e às Grandes Opções do Plano**.

Tal referência foi apresentada como uma forma de **reforçar o esclarecimento e a participação de todos os membros desta Assembleia Municipal** relativamente a matérias estruturantes para a gestão do Município.

Contudo, **essa reunião não veio a realizar-se**, não tendo sido proporcionado o momento de esclarecimento que havia sido publicamente anunciado em plenário.

Considerando que os instrumentos em apreciação — **Orçamento, Plano Orçamental Plurianual e Grandes Opções do Plano** — constituem **documentos estruturantes da gestão municipal**, o exercício de um voto responsável por parte dos membros desta Assembleia pressupõe **condições adequadas de informação e esclarecimento**.

Assim, **não me considerando devidamente esclarecida quanto às matérias constantes dos pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos**, declaro que **me retiro da sala durante a respetiva votação**.



Solicito que a presente declaração **seja integralmente transcrita e junta à ata da presente sessão da Assembleia Municipal.**

Albufeira, 20 de março de 2026

Página | 2

A handwritten signature in blue ink, reading "Helena Palhota Simões".

A Deputada Municipal
Helena Palhota Simões



Pedido de Esclarecimento à Mesa
Eventual conflito de interesses – Pontos 2 e 3 da Ordem de Trabalhos

Exma. Senhora

Página

Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira

Helena Maria Palhota Dias Simões, Deputada Municipal, no exercício do seu mandato, vem, para efeitos de **registo e junção à ata da presente sessão da Assembleia Municipal**, apresentar o seguinte **pedido de esclarecimento à Mesa**:

No âmbito da apreciação e votação dos **pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos**, respeitantes à **1.ª Revisão – Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2026-2030** e à **1.ª Revisão – Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2026-2030**, verificou-se a participação na votação de um membro desta Assembleia Municipal que exerce simultaneamente funções de **funcionário da autarquia e Chefe de Departamento na estrutura orgânica municipal**.

Acresce que **uma parte substancial das alterações em apreciação assenta em procedimento administrativo previamente encetado no âmbito do departamento municipal dirigido pelo referido membro**, circunstância que poderá suscitar questões relativas a eventual conflito de interesses.

Atendendo a que tal circunstância **poderá suscitar uma situação de eventual conflito de interesses**, porquanto o referido membro participou na apreciação e votação de matérias que incluem expediente produzido no âmbito das funções que exerce na estrutura administrativa municipal, cumpre recordar que o **Código do Procedimento Administrativo**, designadamente nos **artigos 69.º e seguintes**, estabelece um regime de **impedimentos e conflitos de interesses aplicável aos titulares de órgãos administrativos e aos agentes da Administração**, destinado a garantir os princípios da imparcialidade, legalidade e transparência da atuação administrativa.



Nestes termos, vem a signatária **solicitar à Mesa os seguintes esclarecimentos:**

- a) Se a Mesa teve conhecimento prévio desta circunstância no decurso da sessão;
- b) Se, perante tal situação, foi ponderada a eventual existência de impedimento ou conflito de interesses, à luz do regime previsto nos **artigos 69.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo**, relativamente à participação na apreciação e votação dos referidos pontos da ordem de trabalhos;
- c) Qual o entendimento da Mesa quanto à **conformidade desta participação com os princípios da imparcialidade, legalidade e transparência que devem reger o funcionamento dos órgãos autárquicos.**

Página | 2

Mais requer que o presente pedido de esclarecimento **seja integralmente transcrito e junto à ata da presente sessão da Assembleia Municipal.**

Albufeira, 20 de março de 2026

A Deputada Municipal
Helena Palhota Simões